

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 7 | Número 1 | Janeiro – Junho 2013

ISSN 1981-5875

**ENGENHO BOM JARDIM: CULTURA MATERIAL
E DINÂMICA IDENTITÁRIA DE UMA COMUNIDADE
ESCRAVIZADA DO MATO GROSSO**

**ENGENHO BOM JARDIM: MATERIAL CULTURE
AND IDENTITARY DYNAMICS ON AN ENSLAVED
COMMUNITY IN MATO GROSSO STATE**

Luís Cláudio P. Symanski

Suzana Hirooka



Data de recebimento: 25/1/2012

Data de aceite: 14/2/2012

ENGENHO BOM JARDIM: CULTURA MATERIAL E DINÂMICA IDENTITÁRIA DE UMA COMUNIDADE ESCRAVIZADA DO MATO GROSSO

ENGENHO BOM JARDIM: MATERIAL CULTURE AND IDENTITARY DYNAMICS ON AN ENSLAVED COMMUNITY IN MATO GROSSO STATE

Luís Cláudio P. Symanski¹

Suzana Hirooka²

RESUMO

Este trabalho discute a dinâmica interna da comunidade escravizada do Engenho Bom Jardim (MT), uma plantation da cana-de-açúcar que manteve um dos maiores plantéis de escravos do Mato Grosso oitocentista. O estudo das fontes documentais revela informações sobre a composição do plantel, em termos de identidades, gênero, perfil etário, atividades, conformação de famílias e saúde. Os dados arqueológicos, referentes a escavações realizadas na área da fábrica do engenho, complementam este quadro, revelando facetas das práticas cotidianas, dos sistemas de crenças e dos processos de construção e de reconstrução de identidades no interior dessa comunidade. O conjunto das evidências aponta para a manutenção, no espaço de engenho, de memórias e práticas sociais de origem centro-africana, mais notoriamente expressas nos vocábulos banto empregados como segundos nomes de alguns indivíduos e na reprodução, nos vasilhames cerâmicos artesanais de produção local-regional, de motivos decorativos típicos de populações daquela região da África.

Palavras-chave: Mato Grasso - escravidão, engenhos de açúcar, cultura material, africanos, dinâmica identitária

RESUMEN

Este trabajo discute la dinámica interna de comunidades esclavas del Ingenio Bom Jardin (MT), una plantación de cana de azúcar que tuvo uno de los ma-

1 Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
Universidade Federal do Paraná. symanski@ufpr.br

2 Archaéo Pesquisas Arqueológicas. Archaéo.suzana@terra.com.br

yores planteles de esclavos de Mato Grosso del siglo diecinueve. El estudio de las fuentes documentales revela informaciones sobre la composición del grupo en términos de identidades, género, perfil etéreo, actividades, conformación familiar y salud. Los datos referentes a las excavaciones realizadas en el área de la fábrica del ingenio, completan este panorama, revelando informaciones sobre las prácticas cotidianas, los sistemas de creencias y los procesos de construcción y re-construcción de identidades en el interior de esta comunidad. El conjunto de evidencias apunta hacia una manutención, en el espacio del ingenio, de memorias y prácticas sociales de origen centro-africana, asociadas en el vocabulario “banto” a nombres de algunos individuos y en la reproducción, en vasijas cerámicas artesanales de producción local-regional, de motivos decorativos típicos de poblaciones de esta región de África.

Palabras-clave: Mato Grosso - esclavitud, ingenio de azúcar, cultura material, Africanos, dinámica identitaria

ABSTRACT

This article approaches issues related to the internal dynamics of the Engenho Bom Jardim enslaved community, a nineteenth-century sugar plantation in Western Brazil. Documentary sources inform about the slaveholding composition, in terms of identity, gender, age groups, daily activities, enslaved families, and health conditions. Archaeological data, recovered from excavations done in the sugar-mill space, complement this picture, revealing facets of the enslaved community daily practices, belief systems, and processes of construction and reconstruction of identities. These evidences point out to the maintenance, in the plantation space, of memories and social practices of Central-African origin, more evidently expressed in the banto words used as second names of some slaves, and in the reproduction, in the low-fired earthenware vessels, of decorative motifs typical of populations from that region of Africa.

Key-words: Western Brazil slavery, sugar plantations, material culture, Africans, identity dynamics

INTRODUÇÃO

As pesquisas em sítios de ocupação africana e afro-descendente no Brasil, embora ainda raras, se acentuaram ao longo das duas últimas décadas a partir do estudo de quilombos (Guimarães e Lanna 1980; Guimarães et al. 1990; Guimarães 2001; Orser e Funari 1992; Funari 1996; Allen 2000; Carle 2005), de contextos de *plantation* (Lima et al. 1993; Symanski e Souza 2001, 2006; Symanski 2006, 2007, 2010; Souza e Symanski 2009; Souza 2007, 2010; Agostini 2011) e, mais recentemente, das pesquisas em andamento no mercado de escravos do Valongo, no Rio de Janeiro, coordenadas por Tania Andrade Lima. Essas pesquisas têm levado a um conhecimento mais aprofundado das condições materiais de vida dos grupos escravizados e da sua capacidade de agência frente às limitações imposta pelo sistema escravista. Este trabalho focaliza-se em um contexto da região de engenhos de açúcar de Mato Grosso, o engenho Bom Jardim, localizado no município de Santo Antônio do Leverger. Inicialmente propriedade do capitão português Francisco Corrêa da Costa, que adquiriu a carta de sesmaria do engenho em 1780, foi transmitida para seu filho, Antônio Corrêa da Costa, que foi o segundo presidente da Província de Mato Grosso. No ano de seu falecimento, em 1855, o engenho mantinha um dos maiores plantéis da Província, 128 escravos. Após o falecimento de Antônio Corrêa da Costa, o engenho permaneceu como propriedade de sua viúva, Maria da Conceição de Toledo, até a sua morte, em 1876, quando foi então herdado por um dos filhos do casal, Francisco Corrêa da Costa, que o manteve até o ano de 1893. O engenho foi objeto de pesquisas arqueológicas coordenadas por Suzana Hirooka nos anos de 2006 e 2007. As pesquisas foram focalizadas na área central, revelando a área da fábrica do engenho e uma provável área de habitação adjacente ao mesmo. Os itens materiais recuperados são informativos do cotidiano da população escravizada que estava provavelmente envolvida com as atividades produtivas da área do engenho.

As evidências materiais encontradas nesse contexto, particularmente aquelas associadas aos grupos escravizados, complementam os trabalhos anteriores (Symanski e Souza 2001, 2007; Symanski 2006, 2007, 2010; Souza e Symanski 2009) apresentando novas informações sobre a dinâmica identitária e a manutenção de cosmologias de origem africana nessa região do Mato Grosso. Pretendemos ainda discutir a dinâmica interna da comunidade escravizada desse engenho, com base tanto em fontes documentais quanto no material arqueológico. As fontes documentais informam sobre a composição do plantel em termos de procedência dos escravos, identidades, faixa etária, gênero, atividades, saúde e conformação de famílias. Informam, ainda, sobre a dinâmica dessa comunidade no período entre 1855 e 1871. Os itens materiais, por sua vez, revelam facetas

das práticas cotidianas, dos sistemas de crenças e dos processos de construção e de reconstrução de identidades no interior dessa comunidade.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Nos últimos anos, os estudos arqueológicos em contextos de *plantation* no Brasil têm sido influenciados por aqueles realizados nos Estados Unidos a partir da década de 1990. Nos Estados Unidos, pesquisas em contextos afro-americanos têm sido sistematicamente realizadas desde a década de 1970, de modo que é possível verificar mudanças nos modelos teóricos e nas temáticas de pesquisa. Inicialmente, os estudos voltaram-se para a temática da aculturação, considerando as possíveis retenções culturais africanas e o processo de absorção da cultura anglo-americana pelos grupos escravizados (Fairbanks 1972; Wheaton e Garrow 1985). Ainda na década de 1970, o foco voltou-se para as condições materiais de vida dos escravos das plantations, a partir de uma perspectiva processualista que tinha como foco o reconhecimento de padrões arqueológicos associados a grupos afro-americanos. Esta abordagem manteve-se dominante ainda na década seguinte (Baker 1980; Otto 1984; Moore 1985; Adams & Boling 1989).

No começo da década de 90, a arqueologia afro-americana entrou em uma fase mais auto-reflexiva, quando arqueólogos adeptos de vertentes marxistas e pós-processualistas começaram a criticar fortemente as abordagens prévias focalizadas na aculturação e no reconhecimento de padrões (Howson 1990; Potter Jr. 1991; Orser 1992). Essas avaliações chamavam a atenção para o fato de que o simples compartilhamento de artefatos entre senhores e escravos poderia envolver apenas um compartilhamento superficial de valores, visto que diferentes grupos podem atribuir significados distintos à mesma cultura material (Howson 1990). A crítica marxista foi importante, na medida que destacou que a dimensão do poder era inerente às relações sociais no espaço das *plantations*, uma preocupação desconsiderada pelos arqueólogos processualistas em suas análises de identificação e explanação de padrões. Porém, esses autores tenderam a adotar uma perspectiva unidirecional de poder, vendo este como concentrado nas mãos do senhor. Nessa perspectiva, os senhores, através do controle dos recursos materiais e do uso de ideologias como paternalismo, racismo e religião, dominavam uma população escrava que se mantinha passiva e submissa.

Em meados da década de 90, alguns acadêmicos começaram a seguir o apelo de Howson (1990) de que os arqueólogos deveriam voltar seu foco para o entendimento da luta política e cultural dos escravos, visando entender como eles foram aptos a construir seu mundo com base tanto nas limitações da instituição da escravidão quanto na herança africana. Assim, alguns acadêmicos começaram

a abordar as relações de poder no espaço das plantations a partir de perspectivas bidirecionais e a focalizar no estudo da dinâmica interna das comunidades afro-americanas (Wilkie 1994; Young 1997; Thomas 1998). Tais abordagens se inserem em um contexto de desenvolvimento do pensamento social na arqueologia histórica, marcado pela rejeição aos modelos teóricos que adotam somente a perspectiva dos grupos politicamente dominantes, focalizando na agência dos grupos subordinados a partir de abordagens recursivas que consideram as trocas e negociações entre os grupos envolvidos.

Essas mudanças de perspectiva envolveram ainda a aplicação de modelos de trocas culturais mais sofisticados do que o paradigma da aculturação. Os arqueólogos, sobretudo a partir do trabalho de Ferguson (1992), começaram a abordar os possíveis modos como os afro-americanos não somente se reapropriaram da cultura material hegemônica a partir de seus referenciais próprios mas também exerceram influências sobre a sociedade euro-americana. Começou, assim, a ser adotado o modelo de criouliização. Introduzido pelo historiador Edward Brathwaite (1972, citado em Singleton 1998:177), criouliização consiste em um processo envolvendo interações e trocas multiculturais que resultaram em novas formas culturais. Este modelo busca incluir o efeito da experiência do Novo Mundo sobre todos os grupos populacionais, incluindo os euro-americanos (Dawdy 2000:01). A cultura material dos sítios de ocupação afro-americana passou, assim, a ser interpretada com base nos referenciais culturais próprios desses grupos, antes do que com base nos significados atribuídos pela cultura hegemônica (Ferguson 1992; Delle 2000; Wilkie 2000).

O modelo de criouliização, porém, apesar de ser considerado mais equilibrado do que o de aculturação, à medida que tenta entender a cultura material dos contextos afro-americanos como o produto de reapropriações ou de trocas culturais, antes do que mantendo significados essencializados relacionados à funcionalidade morfológica e a variáveis econômicas, também está sujeito a críticas. Em primeiro lugar, Singleton (1998:177) observa que o foco no processo de criouliização obscurece a identidade cultural de grupos étnicos específicos. A ampla literatura sobre a experiência escrava africana no Brasil tem demonstrado que grupos de diferentes regiões da África tenderam a reconstruir identidades diferenciadas, pautadas em referenciais culturais compartilhados em suas regiões de origem, conformando as chamadas nações africanas (ver, por exemplo, Karash 2000; Nishida 2003; Reis 2003; Thornton 1998; Hall 2005). Essa segmentação dos africanos ao longo de linhas identitárias conformadas na diáspora raramente tem sido contemplada em tais estudos, que tendem a partir da premissa de que as populações africanas nas Américas rapidamente se homogeneizaram, cons-

truindo culturas crioulas como uma resposta às condições da escravidão (ver, por exemplo, Mintz e Price, 1992).

Singleton (1998:177) alega ainda que o modelo de criouliização é estático, por assumir que uma gramática própria de uso dos artefatos mantém-se invariável, desconsiderando o contexto social. Gundaker (2000:132) faz coro a essa crítica, considerando que o modelo desconsidera a possibilidade da coexistência das linguagens crioulas com as metropolitanas, e, assim, o papel ativo dos atores em sua capacidade de manipular mais de um tipo de linguagem, de estilo comportamental, ou de repertório material de acordo com os seus interesses.

No Brasil, os estudos mais recentes em contextos de *plantation* têm, a exemplo daqueles realizados nos Estados Unidos, focalizado a questão da dinâmica interna das comunidades escravizadas, considerando a agência desses grupos em face das limitações impostas pela escravidão, a partir do estudo de suas práticas cotidianas e dos mecanismos de interação social e de reprodução cultural por eles desenvolvidos (Symanski e Souza 2001; Symanski 2006, 2007, 2010, Souza e Symanski 2009; Souza 2007, 2010). O modelo de criouliização, contudo, tem sido relativizado em alguns desses trabalhos. Esse é o caso do estudo da variabilidade diacrônica da cerâmica artesanal encontrada em três contextos de *plantation* e em um quilombo da região de Chapada dos Guimarães (MT), ocupados entre 1780 e 1888 (Symanski 2006; Souza e Symanski 2009). Esse estudo demonstrou uma forte correlação entre a variabilidade diacrônica das técnicas de decoração e padrões decorativos da cerâmica e as mudanças na composição africana e afro-brasileira dos plantéis de escravos da região, indicando que os escravos, particularmente os africanos, usaram esse material para expressar diferenças culturais e sociais. Em adição, quando o cenário demográfico da escravidão em Chapada foi dominado por uma população afro-brasileira, a partir do último terço do século XIX, verificou-se uma gradual diminuição na proporção dos vasilhames cerâmicos decorados, demonstrando que o processo cultural de criouliização nesta região foi fortemente atrelado às mudanças geracionais dos plantéis escravos, de uma população culturalmente heterogênea africana para uma população mais homogênea, afro-brasileira. Esse estudo sugere que o processo de criouliização não segue uma via linear, em que grupos com diferentes *backgrounds* culturais rapidamente constroem uma nova cultura como resposta à vida comum em cativeiro. Antes, esse processo deve ser contextualmente avaliado, pois pode apresentar ritmos distintos de acordo com as especificidades da escravidão em diferentes regiões das Américas, podendo, como no caso de Chapada, ser marcado por períodos de expressão de diferenças e reconstrução de identidades pautadas em referenciais diversificados.

CONTEXTUALIZAÇÃO: A ECONOMIA DOS ENGENHOS DE MATO GROSSO

A colonização do atual território de Mato Grosso remonta ao princípio do século XVIII, tendo sido impulsionada, sobretudo, pela descoberta de minas de ouro. A mineração manteve-se como a principal atividade produtiva até o final daquele século, quando as minas começaram a exaurir, o que forçou a população da capitania a reorientar suas atividades econômicas. Nesse processo, a grande maioria dos escravos antes envolvida na mineração foi realocada para as fazendas de gado e os engenhos de açúcar, os quais aumentaram substancialmente em número entre esse período e as primeiras décadas do século XIX. A região de Chapada dos Guimarães, na qual estava inserido o atual município de Santo Antônio do Leverger, onde situa-se o Engenho Bom Jardim, por dispor de solos férteis para a agricultura e estar próxima ao maior núcleo populacional da capitania, Cuiabá, passou a concentrar a grande maioria dos engenhos de açúcar. De acordo com Mesquita (1931:33), em 1796 havia 20 engenhos nesta região, os quais empregavam um total de 728 escravos. Em 1815, o número de escravos nessa região havia aumentado substancialmente para 2.147 indivíduos, indicando a forte intensificação das atividades produtivas dos engenhos (Crivelente 2001:33).

O trabalho nesses engenhos era principalmente direcionado para a plantação e processamento da cana-de-açúcar, sobretudo para a produção de açúcar e cachaça, sendo ainda cultivado algodão, tabaco, café e cacau, além de gêneros de subsistência diversificados, como arroz, feijão, milho, mandioca, inhame e batata doce (Corrêa Filho 1969:455). A significância econômica desses estabelecimentos, contudo, era limitada ao nível regional, sendo os seus produtos fundamentais para o abastecimento de Cuiabá (Siqueira *et al.* 1990:34). Logicamente, a mão-de-obra escrava, de origem africana, era a principal responsável pelas atividades produtivas realizadas nos engenhos. Esses engenhos eram de tamanhos variados, com os menores mantendo plantéis entre nove e 19 escravos e os maiores plantéis entre 50 e 99 escravos. Porém, o tamanho desses plantéis apresentou variações entre 1790 e 1888. A maioria (54,7%) conteve entre 20 e 49 escravos. Doze plantéis (22,6%) mantiveram entre 50 e 99 escravos, e outros 12 entre nove e 19. Apenas o plantel do Engenho Bom Jardim apresentou mais de 100 escravos. Esses engenhos, portanto, tenderam a manter plantéis superiores a 20 escravos. O tamanho médio desses plantéis aumentou de 38 escravos entre 1790 e 1809, para 53, entre 1810 e 1829, decrescendo então para 27, entre 1830 e 1849, 33, entre 1850 e 1869 e, finalmente, 23, entre 1870 e 1888. Verifica-se, assim, que no período entre 1790 e 1829 os plantéis dessa região eram bem maiores do que nas duas décadas finais da escravidão (Symanski 2006:44-45).

A descrição da estrutura material desses engenhos é importante para entender o uso do espaço pelos diferentes grupos que os ocuparam, basicamente senhores, escravos, e trabalhadores livres. Poucos documentos, porém, informam sobre a organização espacial desses estabelecimentos. Uma das mais completas descrições é encontrada no inventário, datado de 1801, de Manuel de Moura, proprietário do Engenho Talarussú, localizado próximo à Cuiabá. Este continha as seguintes edificações: uma casa de vivenda com dois lances de telhas fabricadas na propriedade; uma casa de engenho coberta de telhas com seis moendas de moer cana movidas a boi, com fôrnalha, uma roda de ralar mandioca com seu relho e canudo; uma casa atrás do engenho, para os serventes; uma casa coberta de capim com dois monjolos que trabalham com água descida por um córrego; uma olaria coberta de palha para fazer telha com seu forno; um paiol com um lance coberto de telhas e outro lance coberto de capim; e várias senzalas cobertas de capim com seus bananais (Symanski 2006:34). Essa descrição demonstra claramente a existência de diferentes unidades de habitação nesses estabelecimentos, que visavam abrigar separadamente senhores, trabalhadores livres e escravos, esses últimos vivendo em várias senzalas antes do que em uma única estrutura de habitação.

As descrições dos espaços dos engenhos presente nos inventários *post-mortem* dos senhores da região indicam que a fábrica do engenho estava sempre localizada anexa à casa de vivenda do senhor (Symanski 2006:34-35). De fato, o pintor francês Hercules Florence, ao visitar a região em 1827, descreveu as fábricas de engenhos de dois estabelecimentos como colocadas logo atrás da casa de vivenda dos senhores (Florence s.d.:110, 118). A fábrica de engenho constituía o centro produtivo desses estabelecimentos e, assim, era a mais importante estrutura, como indicado nos inventários, que tendem a listar primeiro essa estrutura e somente depois a casa de vivenda dos senhores. Florence (s.d.:126), ao visitar a Fazenda Jacobina, no oeste de Mato Grosso, que era então a maior *plantation* da capitania, viu mais de uma centena de pessoas, entre escravos e trabalhadores livres, em sua maioria mulheres, trabalhando em distintas atividades na fábrica do engenho. No caso de Chapada dos Guimarães, muitas dessas fábricas eram movidas a água, o que, de acordo com Schwartz (1985:116), implicava em um investimento muito maior do que aquele necessário nos engenhos movidos a boi. Além do engenho propriamente dito, essas fábricas também eram equipadas com alambiques para destilar a cana para a produção de cachaça, o monjolo para moer milho, mandioca e café, moldes para a produção de açúcar e rapadura, barris para a estocagem da cachaça, e outros equipamentos e utensílios. Outras estruturas presentes nesses estabelecimentos, sobretudo nos maiores, incluíam depósitos para estocar os gêneros alimentícios, olarias, carpintarias, ferrarias e capelas (Symanski 2006:35-36).

Ainda próximo ao engenho, porém separadas da casa de vivenda do senhor, estavam localizadas as casas dos trabalhadores livres, conforme descrito no citado inventário de Manuel de Moura, bem como no inventário de Paulo Silva Coelho, datado de 1809, no qual são descritas cinco casas cobertas de telhas, localizadas próximas à casa do senhor, que eram utilizadas para abrigar camaradas (trabalhadores assalariados) e como depósitos (Symanski 2006:35).

A economia dos engenhos de açúcar na região de Chapada dos Guimarães manteve-se desde meados do século XVIII até a abolição da escravatura, em 1888. Com a abolição, a maioria dos agora ex-escravos abandonou essas fazendas, e diversos senhores de engenho, sem mão de obra suficiente para continuar desenvolvendo as atividades produtivas, tiveram que abandonar suas propriedades (Corrêa Filho, 1969:111).

O ENGENHO BOM JARDIM

O engenho Bom Jardim está localizado no atual município de Santo Antônio do Leverger, junto ao rio Aricá (figura 1). Seu primeiro proprietário foi o capitão português Francisco Corrêa da Costa, nascido na vila de Massarelos, no Porto (Alencar, s.d.:01). Ele adquiriu a sesmaria onde instalou o engenho em 1780, localizada nas cabeceiras do ribeirão Aricá, posteriormente denominado ribeirão Bom Jardim. Em 1798, ele aparece em uma listagem de engenhos da região de Chapada dos Guimarães como mantendo um plantel de 34 escravos (Symanski 2006: 69-70). Francisco Corrêa da Costa era casado com a cuiabana Maria de Tereza de Jesus, filha de outro senhor de engenho de Chapada, o capitão Martinho de Oliveira Gago. Ele morreu em 1800, deixando seis filhos, três homens e três mulheres (Alencar s.d.:01).

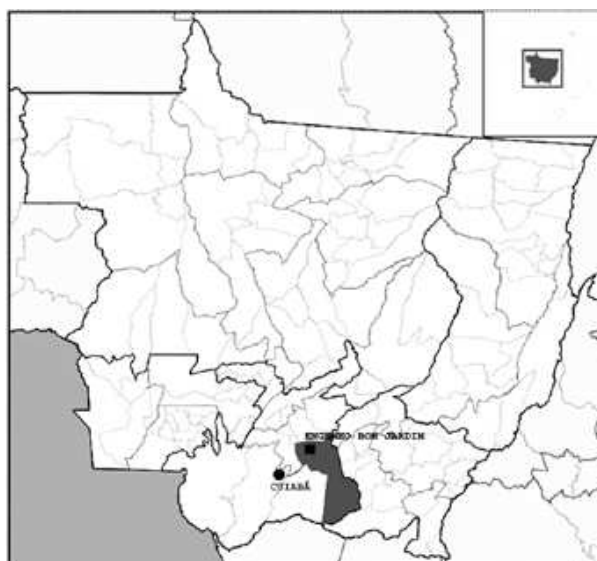


Figura 1: Localização do Engenho Bom Jardim.

O filho que herdou o engenho Bom Jardim, provavelmente após a morte da viúva Maria Tereza, foi o capitão Antônio Corrêa da Costa, nascido em Cuiabá, em 1782. Em 1805, ele se casou com a cuiabana Maria da Conceição Toledo, com quem teve nove filhos. Antônio Corrêa da Costa foi o segundo presidente da Província de Mato Grosso, cargo que ele manteve entre 1831 e 1834 (Alencar s.d.:127). Ao morrer, em 1855, ele mantinha o maior plantel de escravos da região de Chapada, composto por 128 escravos, além de 51 escravos locados no Sítio da Glória, também na região de Chapada, distante dez léguas do Engenho Bom Jardim, e 30 outros escravos que trabalhavam em três fazendas de gado. Ele deixou uma fortuna estimada em 233,583,539 réis (valor líquido), o que o caracteriza como o mais rico senhor de engenho de Chapada (Symanski 2006:87). Sua esposa, Maria da Conceição, herdou a maioria de suas propriedades. Ao morrer, em 1871, ela ainda mantinha o engenho Bom Jardim e uma das fazendas, a Fazenda do Amparo, os quais mantinham, respectivamente, plantéis de 54 e de cinco escravos. Em seu testamento, após libertar 17 escravos, ela deixou o engenho Bom Jardim para o seu filho Francisco Corrêa da Costa, porém sem os apetrechos para a fabricação da cachaça e do açúcar. Francisco manteve a propriedade até o ano de 1893 (Symanski 2006:47, 87).

No inventário *post-mortem* de Antônio Correa da Costa, a fábrica do Engenho Bom Jardim é descrita como destinada à produção de aguardente e açúcar, contendo engenho de cilindro movido por água, com grandes casas cobertas de telha, com cômodos para alambique, pipas, tendas e dois monjolos. Dentre os utensílios do engenho são listadas quatro pipas de galgalho de tamanhos variados, que eram tonéis empregados no processo da fabricação da aguardente, sendo que a maior tinha a capacidade para 600 canadas (cerca de 900 litros); seis alambiques de cobre com suas respectivas capelas; oito caldeiras de cobre; 13 tachos de cobre; e dois fornos. São ainda descritos cinco caixões de galgalho para depósito de mantimentos e oito pares de barris. O engenho mantinha ainda 300 bois de carro, muito provavelmente empregados para o transporte da sua produção pelos tropeiros. Na listagem dos gêneros produzidos são descritos, além da aguardente e do açúcar, 200 alqueires (medida de volume que variava regionalmente entre 13 e 19 litros) de arroz com casca, 1200 alqueires de milho e 60 cabeças de porcos, os quais deveriam consistir em gêneros utilizados para consumo no próprio engenho. No item referente às ferramentas, é descrita uma tenda de carpinteiro e outra de ferreiro, denotando a existência de pessoas especializadas nesses ofícios no espaço do engenho. De fato, na listagem dos escravos do ano de 1855, constam como exercendo o ofício de carpinteiro Narciso Baca, Venâncio Cabra, Raymundo Cabra, Benedito Crioulo e Apolinário Moçambique. O ofício de ferreiro, por sua vez, era exercido pelos escravos Francisco Cabra e José Pardo.

Outros ofícios exercidos eram o de pedreiro, por Serafim Cabra, vaqueiro, por Alexandre Angola, arrieiro, por Lourenço Congo, e oleiro, por Vieira Congo.

São listadas ainda, no inventário, casas de morada térreas, sem especificar o número, e uma casa de sobrado de dois andares, que tratava-se da casa de vivenda do senhor e de sua família. A descrição da mobília traz poucas informações sobre o ambiente doméstico, sugerindo que os móveis da casa tinham um valor econômico tão reduzido que não eram dignos de avaliação, o que aponta para padrões de conforto doméstico bastante simplórios nesse espaço rural, diferentemente da casa de residência da família em Cuiabá, onde era guardada a prataria da família, que incluía castiçais, salvas e conjuntos de talheres e alguns poucos móveis de jacarandá. Este baixo investimento nos padrões de conforto doméstico das casas grandes dos engenhos em detrimento das mais confortáveis e melhor mobiliadas residências urbanas de Cuiabá foi praticamente generalizado entre os senhores de engenho desta região. Em termos gerais, a mobília dessas residências de engenho era representada somente por algumas mesas, pequenos bancos, chamados mochos, e pequenas camas, chamadas catres (Symanski 2006:91-95).

A pesquisa arqueológica no Engenho Bom Jardim, coordenada pela arqueóloga Suzana Hirooka, ocorreu devido à implantação, na área do sítio, da Pequena Central Hidrelétrica São Tadeu (Hirooka 2009). O sítio possui uma área aproximada de 320 x 200 metros. A área sofreu forte influência antrópica, através de desmatamento, limpeza do terreno na forma de "leiras" - processo de raspamento do solo por meio de máquinas, com o mesmo sendo acumulado em montículos alongados - e posterior cultivo de pastagens.

As estruturas arquitetônicas estudadas referem-se a dez pontos específicos relacionados ao engenho, sendo: 1- Casa Grande, 2- Sala das moendas, 3-Senzala, 4-Sala das fornalhas, 5- Canal da roda da água, 6- Unidade não identificada. Mais distante do complexo central foram localizados os pontos 7-Forno, 8-Desvio do rio, 9-Cemitério das Pipas e 10- Cemitério da Colina. As áreas escavadas foram: Sala das moendas, Senzala, Sala das Fornalhas e Forno, e o Canal da roda da água (figura 2).

As escavações totalizaram 390 m². O forno foi a única estrutura escavada situada fora do complexo central, a 250 metros da área do engenho. Todas as demais estão articuladas nas margens do córrego do Baú. Essa área está estruturada em conformidade com a topografia do terreno, que declina em direção à drenagem compondo três patamares em desnível que formam recintos distintos. As escavações foram realizadas através da abertura de superfícies amplas. O nível de ocupação se encontrava encoberto com sedimentos de 1 a 3 metros de espessura, além de blocos de rochas, muitas desmoronadas das paredes e muros.

O uso e ocupação atual da área contribuíram para o deslocamento de solo sobre as estruturas.

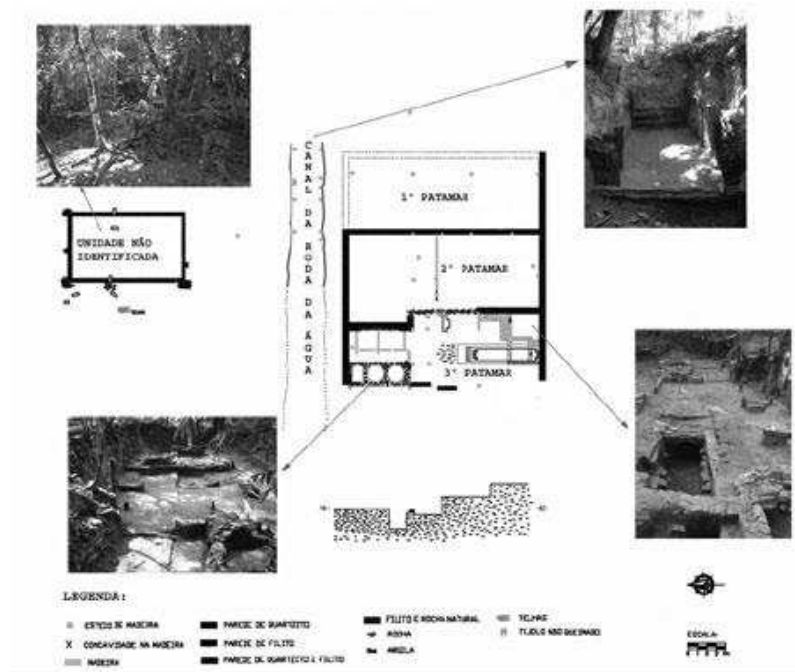


Figura 2: Planta do complexo central, apresentando a área da fábrica do engenho.

As estruturas construtivas encontram-se bastante obliteradas, sendo que as que estão mais bem preservadas são as que se localizam rente ao solo. Já as paredes e telhados e todas as demais partes que estão incorporadas nelas, como janelas, portas, madeiramento etc., estão totalmente destruídos. Assim, evidenciaram-se nas escavações as bases das paredes e dos esteios que estão fixados no solo, e todos os demais fragmentos da construção que com a desestruturação foram preservados dentro dos escombros e sedimentos.

As escavações evidenciaram um alinhamento de rochas sobrepostas referente ao alicerce de sustentação das paredes. As paredes foram construídas de dois modos, a depender do cômodo: madeira e adobe. Porém, ambas com base em pedras. Foram também verificados dois tipos de pisos: piso cerâmico e piso de rocha do próprio embasamento natural da área. O telhado era composto por telhas, que compunham uma espessa camada da área escavada. Relatos orais certificam que a casa grande possuía as bases de pedras, paredes de madeira e piso e telhado de cerâmica.

As estruturas analisadas formam um conjunto de dez áreas. Os engenhos de produção de açúcar e cachaça envolviam várias atividades que eram realizadas em recintos distintos e formavam um sistema produtivo bastante complexo, com diversos setores para a preparação do açúcar, como: moagem, cozimentos, purgas,

cristalização, secagem, encaixotamento, além do armazenamento e transporte. As estruturas evidenciadas são representativas de parte desse complexo, sobretudo da área produtiva do engenho, ou seja, os locais onde a cana era moída através da força gerada pela roda da água e cozida nas fornalhas. A movimentação das moendas ocorria através de um sistema de deslocamento de água por gravidade e desnível em longos canais escavados no solo. A moagem da cana estava localizada no patamar mais alto, proporcionando, assim, o deslocamento por gravidade do caldo para o patamar mais baixo, onde se situavam as diversas fornalhas, uma delas com 10 metros de comprimento, para a transformação do caldo da cana em açúcar e em cachaça.

O Primeiro patamar possui uma área de 17 por 6,5 metros e representa a área mais alta, um metro acima do patamar 2. Está situado no alto da vertente e se estende com uma leve inclinação ascendente, sendo que em seguida passa a conformar um relevo plano, onde, hoje, está implantado o pasto e as estruturas da Casa Grande. A lateral norte desse recinto faz limite com o início do canal da roda da água, justamente no local onde existem várias estruturas de madeiras que sugerem um complexo sistema de sustentação da roda d'água e do canal. Assim, podemos sugerir que a moenda de três cilindros de ferro estaria situada na porção norte do Patamar 1-Sala das Moendas.

As escavações arqueológicas nessa área evidenciaram três camadas estratigráficas: a primeira composta por sedimentos estéreis em materiais arqueológicos, a segunda composta por uma camada de fragmentos de telhas de cerâmica e a terceira representada pelas rochas do tipo filito (substrato rochoso). Foram evidenciados alinhamentos de pedras, definidos nos limites sul e oeste do recinto. O alinhamento oeste é formado por rochas do tipo filito, que formam placas de superfície plana. Estão alinhadas no nível do solo e possuem uma altura de 30 centímetros. Já o alinhamento sul apresenta uma variação construtiva que forma a parede que separa o patamar 1 do 2. Nesse recinto foram observadas as bases de seis (06) esteios que provavelmente sustentavam o telhado. É possível que essa área estivesse conjugada à Casa Grande. A falta de alicerces para parede no lado norte pode indicar que a área encontrava-se aberta deste lado, justamente a lateral onde passa o canal e onde estaria localizada a roda da água que movimentaria as moendas. Já a parede oeste que divide esse Patamar do segundo poderia ser de adobe, uma vez foram constatados vestígios de adobe.

O segundo patamar refere-se a uma provável senzala, possuindo uma área de 17 por 9 metros. É o patamar intermediário entre o 1 (superior) e o 3 (inferior). Está escavado na rocha, não apresentando piso cerâmico. O fato de situar-se entre a área da moenda e a área produtiva sugere que parte dessa área serviria para o transporte do caldo da cana até o Patamar 3, onde seria realizado o cozimento.

As estruturas e artefatos encontrados também sugerem que a parte leste seria uma senzala de alguns escravos especializados, possivelmente na manufatura da cana de açúcar.

As escavações arqueológicas demonstraram concentrações de sedimentos. Na metade sul da parede que divide o patamar 1 e 2 existe uma espessa camada de sedimentos, formada de escombros - terra orgânica, adobe, telhas e blocos de rochas, além de artefatos históricos. Estes formam montículos próximos da base da parede. Já as demais áreas apresentaram as três (03) camadas estratigráficas, já observadas anteriormente: a primeira composta por sedimentos estéreis em materiais arqueológicos, a segunda composta por uma camada de fragmentos de telhas, e a terceira por rochas do tipo filito (substrato rochoso).

As estruturas construtivas encontradas são os alinhamentos de pedras evidenciados nos quatro limites do recinto, definindo a área do cômodo em questão. O alinhamento leste divide o Patamar 1 e 2, delineando uma parede construída com duas técnicas diferentes. A primeira é formada por blocos de filitos na forma de placas, intercaladas por blocos semi-arredondados de quartzito. A segunda é formada apenas pelas placas de filitos que são facilmente sobrepostas, devido à sua superfície plana gerada pela xistosidade da rocha. Nesse alinhamento encontram-se cinco esteios de madeiras, sendo que um está embutido na parede sul. Já o alinhamento norte é formado por blocos de quartzito que delimitam o canal da água e a roda da água e se prolonga na mesma técnica na primeira porção da parede norte. Os blocos possuem uma dimensão que varia de 20 a 50 centímetros e estão sobrepostos uns sobre os outros, encaixados. Isto favoreceu o seu desmonte com o passar do tempo, sendo que a superfície do solo, próximo a esse limite, encontrava-se com um grande número desses elementos construtivos dispersos e deslocados. Porém, não se observa vestígios de adobe e nem mesmo de esteios que venham a sustentar paredes ou telhado. O limite sul conforma um alinhamento de pedras de filitos, já bastante obliterado.

Nesta área foi evidenciada uma base de madeira que divide a área em dois cômodos, um de 9 x 9 metros e o outro de 7 x 9 metros. Esta apresenta dois entalhes na madeira na forma quadrada com um espaço entre eles de um metro. Esse entalhe, possivelmente, servia para o encaixe do portal de uma porta. Essa sugestão é corroborada pelos fragmentos de dobradiças e fechaduras que foram encontrados na sua proximidade. Os pisos desses dois recintos estão em alturas diferentes, sendo que o cômodo próximo ao canal d'água está 30 centímetros mais baixo que o cômodo sul. No cômodo menor existe um grande esteio com 45 centímetros de diâmetro e aproximadamente 2,5 metros de altura, sendo o único esteio conservado acima do solo. Esse cômodo menor faz limite com o canal da água e com o patamar 1, onde estariam instaladas as moendas. Assim,

pode-se pensar que o sistema em patamar desta área produtiva seja para dinamizar a gravidade, onde o caldo da cana poderia estar sendo transportado por sistemas de canos que, em declive, levariam rapidamente o caldo espremido no Patamar 1 para a área produtiva, localizada no Patamar 3.

O patamar 3, referente à sala das fornalhas, está situado no nível altimétrico mais baixo, 2,5 metros mais baixo que o piso do patamar 2. Foi também escavado na rocha. Está situado a 150 metros do córrego do Baú, que deságua no rio Aricá a menos de 300 metros do sítio. A sua dimensão é de 17 x 6 metros. O limite leste está ligado ao Patamar 2 e possui uma estrutura de parede inserida na rocha, ou seja, o substrato rochoso foi trabalhado para acomodar a parede. As paredes laterais norte e sul estão desmoronadas, sendo preservada apenas a sua parte inferior. São construídas com rochas de quartzitos, na forma de seixo semi-esférico. A lateral norte faz limite com o canal da água.

As escavações evidenciaram algumas estruturas nessa área que estão relacionadas com a fabricação do açúcar. Os sedimentos que encobriram essas estruturas possuíam diferenças. O maior volume de sedimentos encontrava-se na parede leste. Estes são constituídos de escombros da própria construção, como: madeiramento, fragmento de telhas, adobe, pedras da base da parede e material arqueológico. Esses escombros encobriram a maior parte das estruturas, formando montículos que se sobressaem no relevo. Foram evidenciadas duas fornalhas, uma escada de acesso ao patamar 2 e estruturas de base no espaço interno do recinto com função indefinida. A primeira fornalha é construída em abobe e pedras e possui 5 metros de comprimento por 2 metros de largura com duas aberturas redondas de 1 metro de diâmetro para assentar os utensílios de cobre para o primeiro cozimento do caldo, sendo que cada uma possui um fogo independente. Na extremidade dessa fornalha existe uma área côncava com 1,5 por 1 metro que se destinava à colocação da cinza provinda dessa fornalha. Essa primeira fornalha está situada na parte norte do recinto, próxima à parede que delimita o canal da água. A segunda fornalha apresenta dez metros de comprimento por 1,4 metros de largura. Possui uma forma retangular e está implantada a 1,5 metros abaixo do nível do solo. Apresenta apenas uma boca, situada na parede sul, para entrada da madeira para queima que alimentaria vários utensílios de cozimentos do caldo da cana de açúcar. Isto faria com que a pessoa que estivesse controlando o fogo permanecesse do lado de fora da sala das fornalhas. Essa fornalha é conhecida como “Trem da Jamaica”.

Há ainda duas estruturas conformadas por bases. A primeira está situada na porção nordeste do recinto, logo atrás da primeira fornalha. É formada por forma seis peças de madeiras lavradas. A segunda ocupa a área sudeste do Patamar 3. Formam bases de pedras com larguras que variam de 1 a 0,5 metros de

largura que delineiam áreas quadradas. A base mais larga (1 metro) apresenta uma depressão na forma de “T” ocupando uma área de 0,8 por 0,5 metro. Parte dessas bases passa por cima da fornalha tipo “Trem da Jamaica”. Possivelmente, essa fornalha foi soterrada intencionalmente, de modo que essas bases de pedras formam estruturas que não fazem parte do contexto da fornalha.

O canal da roda da água situa-se na vertente do córrego Baú, terreno que se inclina em direção ao córrego, situado a 53 metros. É formado por blocos de filitos envoltos em sedimentos areno-argilosos que oferecem resistência às vertentes. O encontro do canal com o córrego Baú se faz num meandro bastante fechado que foi seccionado formando um canal de desvio do córrego. O estrangulamento do meandro tornou a calha do córrego, em frente ao engenho, seca, com o fio d’água mantido pelo canal da roda da água. O córrego Baú segue mais 120 metros até o seu encontro com o rio Aricá. O canal, de 1,7 metros de largura, margeia os Patamares 1, 2 e 3. As estruturas de paredes/muros do limite norte dividem a área desse canal. A área escavada inclui o limite dos Patamares 1 e 2. Foi escavado 6,6 metros do comprimento do canal até 3 metros de profundidade. O sedimento de soterramento do canal é formado por três camadas. A primeira de solo orgânico misturado aos blocos de rochas das paredes limitantes dos patamares gerados pelas chuvas. Esta camada encobre grande parte do canal, sendo ela a responsável pelo soterramento. A segunda camada representa sedimentos fluviais provindos da dinâmica do funcionamento do canal na produção do engenho. Nessa camada foram encontrados vários materiais arqueológicos. Além deles, foram evidenciadas várias estruturas de madeiramento de sustentação da roda d’água. A última camada é o substrato rochoso que foi escavado para formatar o canal. Nessa área foram definidas as estruturas de sustentação do canal, ambas em madeira, que se apresentam bastante queimadas e deterioradas. Os esteios de diversas espessuras, de 18 a 52 centímetros de diâmetro, estão distribuídos nos dois lados do canal, posicionados de modo a prensar tábuas contra as paredes do canal. As escavações evidenciaram 17 esteios verticais e dois horizontais.

Há ainda uma unidade não identificada, situada na margem direita do canal da roda da água, a 8 metros do mesmo, com 12 x 6 metros. Os trabalhos nessa unidade limitaram-se à limpeza e evidenciação das estruturas e à abertura de um poço teste. Este apresentou uma estratigrafia simples, com uma camada de 5 centímetros de telhas e solo orgânico e, logo em seguida, as rochas do embasamento. A função dessa estrutura não foi identificada, posto que nenhum artefato foi encontrado no local. Numa análise espacial, essa peça desarticulada deveria servir de apoio à área produtiva, seja como um depósito ou relacionada a alguma atividade específica realizada após a produção.

Outras áreas apresentaram um baixo grau de preservação e escassas evidências arqueológicas. Este foi o caso da área da casa grande, bastante comprometida por situar-se na área de pasto. A área foi desmatada e a primeira camada de solo retirada com máquinas, juntamente com todas as estruturas construtivas, e depositada nas leiras. Essas leiras são semelhantes a uma pequena crista, formando estruturas alongadas dispostas transversalmente a área do pasto (Fig. 2). A sua localização é a 36 metros do Patamar 1, na lateral dessa área. O terreno é plano. A falta de evidências construtivas, como alinhamento de pedras da base das paredes, não possibilita demarcar essa área com segurança. A inferência dessa área como área da Casa Grande se dá em função da análise do material arqueológico e da sua localização em relação às demais estruturas.

DE ORIGENS, FAMÍLIAS, MACOTAS E CHIBUNGOS:
A COMUNIDADE ESCRAVIZADA DO ENGENHO BOM JARDIM

Os inventários *post-mortem* de Antônio Corrêa da Costa (1855) e de sua viúva, Maria da Conceição Toledo (1876) trazem informações detalhadas sobre os plantéis escravizados do Engenho Bom Jardim e das demais propriedades da família, o que permite vislumbrar algumas interessantes facetas da dinâmica interna dessa comunidade no intervalo de 21 anos. Embora a ocupação do engenho remonte ao final do século XVIII, não foram localizados os inventários do primeiro proprietário, Francisco Corrêa da Costa, pai de Antônio, e de sua viúva, Maria Tereza de Jesus, que poderiam fornecer informações sobre o plantel de escravos inicial desse estabelecimento. A única informação disponível consta em uma listagem dos senhores de engenho de Chapada, datada de 1798, na qual o nome de Francisco Corrêa aparece como mantendo 34 escravos no Engenho Bom Jardim (Symanski 2006:86).

Nenhum dos escravos iniciais do Engenho Bom Jardim, porém, sobreviveu até o inventariamento de 1855. Nesse documento são descritos os 128 escravos que então viviam no engenho, além daqueles dos demais plantéis das outras propriedades rurais da família Corrêa da Costa. Não obstante, é bastante provável que os escravos mais velhos desse plantel tivessem vivido no engenho desde as primeiras décadas do século XIX. Este seria o caso de Francisco Benguela (60 anos), André Benguela (50 anos), Clara Cabra (50 anos), Matilda Cabra (50 anos), Rosa Cabinda (50 anos), José Cassange (50 anos), Antônia Congo (50 anos), Ana de Souza Crioula (50 anos), Benedito Crioulo (52 anos), Felipe Monjolo (52 anos), Garcia Monjolo (50 anos), Joaquim Moçambique (51 anos), Mariana Geralista Nagô (50 anos), José Pardo (57 anos) e Francisco Capitão Rebolo (54 anos). Esses quinze escravos de idade superior a 50 anos correspondem a 11,7%

do plantel e indicam que, em 1855, a comunidade escrava do Bom Jardim estava plenamente consolidada, situação também indicada pelos casamentos dentro do plantel. Porém, antes de entrar nesse tópico, é importante caracterizar esse plantel em termos de procedência e gênero.

Em 1855, esse plantel era predominantemente africanizado, contando com 72 africanos e 56 afro-brasileiros. Os africanos foram classificados em 15 nações: Angola, Aussá, Baca, Benguela, Cabinda, Cassange, Congo, Mina, Missena, Monjolo, Moçambique, Nagô, Quissama, Rebolo e Sunde. Já os afro-brasileiros foram classificados como cabra, caburé, crioulo e pardo. Apesar da aparente grande diversidade de nações africanas, que poderia sugerir um perfil bastante heterogêneo do plantel africano, deve ser considerado que dois grupos respondem por mais de 50% do componente africano do plantel: os Moçambique, em número de 20, e os Congo, em número de 17. Eles são seguidos por Monjolo e Cabinda, ambos em número de seis, Angola, em número de cinco, e Benguela, em número de quatro.

Essa predominância de escravos Moçambique e Congo é condizente com o perfil demográfico africano de Chapada entre 1850 e 1870, quando essas duas nações se tornaram majoritárias na região. Deve ser considerado que ocorreram significativas mudanças na composição africana dos plantéis de Chapada entre 1790 e 1870, conforme pesquisas em listagens de escravos presentes em inventários *post-mortem* de 51 proprietários rurais da região (Symanski 2006:129). Entre 1790 e 1830, Mina e Benguela foram as nações demograficamente dominantes, representando, as duas, cerca de 60% dos africanos. Entre 1830 e 1849, os escravos Mina tornaram-se uma minoria nesses plantéis, caindo para cerca de 8% dos mesmos, ao passo que os Benguela mantiveram-se ainda como o grupo dominante, representando 23%. Nesse período, contudo, eles começaram a dar espaço ao Congo e Moçambique. Embora os escravos Congo estivessem presentes na região desde, pelo menos, o final do século XVIII, foi somente a partir de 1830 que eles começaram a se destacar demograficamente, tornando-se o grupo africano demograficamente dominante entre 1850 e 1870, quando passaram a representar 28,5% do componente africano. Os Moçambique, por sua vez, apareceram em Chapada a partir de 1830, tornando-se o segundo grupo demograficamente dominante entre 1850 e 1870, quando constituíam 20% dos plantéis de africanos (Symanski 2006:133-134).

Os escravos denominados como Moçambique eram aqueles embarcados na ilha de Moçambique, que foi o mais importante porto de embarque de escravos na África Oriental (Capela 2002:207). De acordo com Alpers (2005:44), a designação Moçambique é altamente problemática porque refere-se a um topônimo geográfico empregado para classificar uma ampla variedade de faladores

do banto oriental que embarcaram naquele porto. Porém, considera-se que a maioria dos escravos provenientes daquela região no século XIX eram Macuas, conforme coloca Karasch (2000:60), que os identificou como o maior grupo africano oriental na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

A nação Congo, por sua vez, dizia respeito aos Bakongo do norte de Angola e sul da República Democrática do Congo, bem como a outros grupos étnicos que foram comercializados na rede de comércio escravista do rio Zaire (Karasch 2000:54). O Reino do Congo foi o maior estado da África Central. Originou-se no século XV, de uma confederação de estados, obtendo seu poder do comércio de escravos que eram concentrados em sua capital, Mbanza Congo (Thornton 1998:93). Esse reino perdeu sua unidade política em 1765, devido a conflitos com os portugueses, que capturaram e assassinaram seu rei. O reino foi, assim, dividido em um número de pequenos estados autônomos (Birmingham 1966:122-123). No século XVIII, essa região ainda era dividida em províncias cujos senhores lutavam entre si pelo título cristão de Rei do Congo (Miller 1988:35). A grande maioria desses grupos era falante do Kikongo. Esses grupos, embora referentes a diferentes etnicidades, alegavam manter uma descendência comum, que remontava a uma mesma mulher, chamada Nguunu. Devido à escassez de terra, seus filhos teriam migrado por toda a região de língua Kikongo, estabelecendo os reinos de Mayumba, Chikongo, Loango, Kakongo e Ngoyo (Hall 2005:153). Não surpreende, assim, que, no Brasil, eles tenham vindo a assumir uma identidade étnica mais inclusiva, sob o nome de nação Congo. O caso do escravo José Congo, de 50 anos, um agricultor do distrito de Brotas (MT), é bastante elucidativo dessa identidade Congo diaspórica, que foi abraçada por esses povos de fala Kikongo no Brasil. Acusado de um assassinato, no ano de 1881, ele respondeu, quando as autoridades judiciais lhe perguntaram aonde havia nascido: "Eu sou da África, da terra dos Congos" (Symanski 2006:143). No Rio de Janeiro, os Congo eram conhecidos como um povo orgulhoso, que preservava suas tradições e celebrava o reino do Congo em suas canções (Karasch 2000:54-55).

Um aspecto importante a ser considerado diz respeito à predominância demográfica dos africanos centrais, provenientes, sobretudo, da região do Congo e Angola, representados, além dos Congo propriamente ditos, pelos escravos das nações Angola, Benguela, Cabinda, Cassange, Monjolo, Quissama, Rebolo e Sunde. Esses centro-africanos bantófonos representavam, em 1855, 79% do componente africano do Engenho Bom Jardim e 44,5% do total do plantel. Tem sido reconhecido que os centro-africanos, em sua enorme maioria falantes do banto, vieram de uma região da África relacionada a quatro culturas regionais: Kongo (faladores do Kikongo), Mbundu (faladores do Kimbundu), Ovimbundu (faladores do Umbundu), e Lunda-Tchokwe (Karasch 2000:58). Essas culturas não

somente eram inter-relacionadas, mas também interagiam continuamente umas com as outras (Vansina 2002:xi-xii). Essa constante interação levou à conformação de um complexo cultural compartilhado pelos povos dessa região, caracterizado pelas similaridades lingüísticas e por uma cosmologia religiosa comum, baseada no complexo fortuna-infortúnio, a qual considera a ordem natural do universo como benevolente, porém com o infortúnio podendo ser causado pela ação maléfica de espíritos ou de outras pessoas, através da feitiçaria (Craemer et al. 1976; Curto e Lovejoy 2004:12; Heywood 2002; Karash 2000:355-356; Lima 1988:223; Slenes 1991, 2002; Sweet 2003;Thompson 1983:104;Thornton 1998). Em Mato Grosso, a comunidade afro-brasileira de Vila Bela ainda mantém essa cosmologia, dividindo o universo em dois mundos antagônicos, mas complementares: o mundo material dos vivos e o mundo sobrenatural dos mortos e de outras entidades. Esses mundos se mantêm em permanente tensão, sendo que o controle do mundo sobrenatural, através de ritos e práticas mágicas, é considerado essencial para a manutenção da vida na comunidade (Bandeira 1988:184).

Assim, é bastante provável que referenciais culturais centro-africanos fossem predominantes na comunidade escravizada do Engenho Bom Jardim. Slenes (1999), em seu estudo sobre a escravidão nas fazendas de café do sudeste oitocentista, fortemente dominadas por centro-africanos, constatou que as famílias escravas tendiam a seguir noções de linhagem típicas daquela região da África, conformando não somente famílias nucleares, mas também famílias extensas e amplos grupos de parentesco. O matrimônio concedia a esses grupos o acesso a habitações individuais, que eles gerenciavam para construir e habitar seguindo um modelo centro-africano, viabilizando, assim, a recriação de diversos rituais domésticos de sua terra natal, os quais atuaram como poderosos instrumentos de reprodução social. Na região de engenhos de Mato Grosso, a referência a diversas senzalas nas descrições dos engenhos fortemente sugere a existência de habitações individuais familiares. No caso do Engenho Bom Jardim, onde o perfil de gênero consistia em quinze homens para cada dez mulheres, são listados quinze casais de escravos no inventário de Antônio Corrêa da Costa (tabela 1). Porém, a conformação da família escrava nesse estabelecimento não parece ter levado em conta estratégias endogâmicas de casamento, dado que os centro-africanos, apesar de fortemente majoritários, casaram não somente entre si, mas também com escravos provenientes de outras regiões da África. Alguns desses casais tinham um ou mais filhos, sugerindo a consolidação das famílias escravas e, conseqüentemente, da comunidade escravizada desse plantel.

É interessante observar que alguns desses casais viviam em estabelecimentos distintos, como é o caso de José Cassanginho, Chrispim Moçambique e Simão Mujaca, que, embora casados com escravas do engenho Bom Jardim, viviam no

Sítio da Glória, a dez léguas de distância. Esses casamentos inter-plantéis sugerem uma forte interação entre os escravos dessas duas propriedades de Antônio Corrêa da Costa.

Escravo	Cônjuge	Filhos
Chrispim Moçambique	Ursula Congo	Graciana
Francisco Capitão Rebolo	Antonia Congo	
Francisco Mina	Rita Cassange	
Gregorio Monjolo	Jermana Criola	Paulina
Guilherme Moçambique	Rosa Rebolo	Fernando
José Cassange	Romana Congo	
José Cassanginho	Clara Cabra	
José Macota Moçambique	Maria Moçambique	Cypriano
José Mulato	Luiza Cabra	Virgílio, José, Claudino, Leopoldina
Miguel Moçambique	Florinda Angola	
Pedro Congo	Matilda Cabra	Benjamim, Ricarda,
Pedro	Ana de Souza Crioula	Teodolinda
Selemim	Gertrudes Moçambique	Ignez
Silvano Moçambique	Maria Arcangela Cabra	
Simão Mujaca	Catharina Moçambique	

Tabela 1: Casais de escravos do Engenho Bom Jardim

Outro aspecto que chama a atenção nos plantéis do Engenho Bom Jardim e do Sítio da Glória diz respeito à manutenção de vocábulos africanos de origem Kikongo e Quimbundu como segundos nomes de alguns escravos. Esse é o caso dos escravos Lúcio Quilumgi (40 anos), Aleixo Chibungo (40 anos), Eugenio Chibuia Congo (19 anos) e José Macota Moçambique (30 anos). Alguns desses nomes referem-se a adjetivos que podem ter sido concedidos ao escravos pela comunidade em detrimento de qualidades pessoais valorizadas no seio da mesma. Esse foi, provavelmente, o caso de Lúcio Quilumgi, cujo segundo nome significa, em quimbundu (*kilunji*), inteligência ou compreensão. Chibuia, por sua vez, significa generoso, de acordo com a correspondência de W. H. Sheppard no Congo, datada de 1899 (Benedetto 1996:126). Macota, no reino de Ndongo (Angola), era uma espécie de título concedido aos conselheiros dos sobas (chefes regionais). Na região de Vassouras, no Vale do Paraíba, os escravos e afro-descendentes

praticantes da celebração ritual do jongo, composto por danças e canções de desafio, visavam honrar a *macota*, como eram chamados os anciãos da senzala, ou, nas palavras de um descendente de escravos entrevistado por Stanley Stein em 1948, as “pessoas da África, pessoas sábias” (Slenes 2007:113, 115). Slenes observa ainda que a palavra *macota* tem o significado de chefe para os Kongo e de pessoa rica e importante para os Ovimbundu (Slenes, 2007:131). No Brasil, essa palavra manteve um significado similar, de grande, importante (Puzzinato e Aguilera 2006:09). Para o caso do Engenho Bom Jardim, o fato desse qualificativo, de enorme prestígio na África Central, ter sido mantido por um escravo da África Oriental, fortemente sugere que o mesmo foi atribuído a José Macota Moçambique pela comunidade centro-africana do engenho, que provavelmente o reconheceu, assim como a Lúcio Quilungi, como um dos conselheiros e porta-vozes do plantel.

Já *chibungo* é um vocábulo bastante interessante, mas que inicialmente não parece remeter a uma posição de prestígio na comunidade escravizada. Em quimbundu, ovimbundu e lunda esse vocábulo significa lobo (Casculo 2010:68; Carvalho 1890:128). Em sua expedição à Lunda, Henrique Augusto Dias de Carvalho (1890:128-129) fornece um interessante relato de uma categoria ou facção de homens chamados *chibungos*, que imitavam os lobos:

“Perante indivíduos de maior categoria o Chibungo não fala, imita o animal no seu olhar desconfiado, nos movimentos, gritos, modos de acometter. A sua saudação, ao entrar no circulo de circunstantes, anunciada como a de todos pelas três palmadas sacramentaes, reduz-se a um olhar baixo para todos os lados e a uns sons guturales e cavernosos, até que o potentado olhe para ele e levante o braço direito em sinal de que agradece o cumprimento... Só fala quando o potentado o interroga, procurando sempre acompanhar-se dos gestos e dar ao rosto a expressão do animal que representa”.

No Brasil, mais especificamente na Bahia, o vocábulo *chibungo* veio a representar uma entidade sobrenatural, um monstro de narrativas infantis, simultaneamente homem e animal, “...com formas definitivas ou indistintas, espécie de lobo ou velho negro maltrapilho, sujo e esfarrapado, supremo terror para todas as crianças do mundo” (Casculo 2010:69). Essa associação do *chibungo* como homem-lobo no Brasil denota, assim, uma forte continuidade com as tradições dos povos do leste de Angola e, quiçá, de outras regiões da África Central. Embora seja incerto que Aleixo Chibungo tenha originalmente feito parte dessa facção de homens-lobos da Lunda, o fato de ele manter essa qualificação, talvez

negativa, no plantel do Sítio da Glória, provavelmente lhe conferia um status diferenciado naquela comunidade. De qualquer forma, é evidente que os nomes centro-africanos mantidos por esses escravos tinham significados muito claros, que eram de ampla compreensão para a comunidade escravizada e que remetiam a formas de organização social típicas da região do Congo-Angola. A cultura material exumada do engenho Bom Jardim é outra fonte informativa sobre os mecanismos pelos quais esses grupos mantiveram retenções de suas terras de origem, e assim construíram uma cultura crioulezada fortemente embasada em referenciais culturais africanos.

A CULTURA MATERIAL DO ENGENHO BOM JARDIM: PRÁTICAS, MEMÓRIAS E COSMOLOGIAS

Os itens materiais recuperados do Engenho Bom Jardim são basicamente procedentes de três contextos: a área da fábrica do engenho, composta por três patamares, sendo o superior (primeiro patamar) a sala das moendas, o intermediário (segundo patamar) a provável área da senzala, e o inferior (terceiro patamar) a área das fornalhas; o canal da roda da água que movia o engenho; e a área adjacente ao primeiro patamar, de deposição de refugo provavelmente da casa-grande.

A área da fábrica de engenho foi amplamente escavada, sendo evidenciadas uma série de estruturas que compunham o complexo produtivo, assim como ferramentas e itens materiais de uso cotidiano, como vasilhames cerâmicos, louças e garrafas de vidro, concentrados na provável área da senzala (patamar 2). O cálculo da data média das faianças finas e garrafas procedentes desta área forneceu o resultado de 1848,6, com um intervalo máximo de deposição entre 1790 e 1900 e um intervalo mínimo entre 1845 e 1870. De qualquer forma, o resultado da datação média da amostra aponta para uma amostra depositada, sobretudo, em meados do século XIX, e assim bastante condizente com o período de ocupação documentalmente caracterizado no inventário de Antônio Corrêa da Costa (1855).

A área escavada do canal da roda da água também apresentou uma significativa concentração de material, principalmente de itens de uso cotidiano, também predominando louças, vidros e cerâmicas. Diferentemente da área da senzala, os agentes responsáveis pela deposição desse material podem ter sido diversos, incluindo tanto os ocupantes da casa-grande quanto os da senzala, assim como os demais trabalhadores que podem ter atuado no complexo da fábrica do engenho. A datação média das louças e vidros encontrados nesse contexto forneceu o resultado de 1855,6, com o intervalo máximo de deposição situado entre 1820 e

1910 e o intervalo mínimo entre 1850 e 1900. Trata-se, assim, de um contexto de deposição mais recente que aquele da senzala, com material referente, sobretudo, à segunda metade do século XIX, sendo, deste modo, mais condizente com o período de ocupação caracterizado no inventário de Maria da Conceição Toledo (1876).

Por fim, a área adjacente ao patamar 1 apresentou somente material de superfície, predominando faianças finas (63%), sobretudo as decalcadas na técnica do *transfer printing*; itens de vidro (28%), com uma grande proporção de frascos medicinais; e uma proporção reduzida de cerâmicas artesanais de produção local ou regional (9%). A datação média da amostra de louças e vidros dessa área forneceu o resultado de 1848,6, indicando uma maior intensidade de deposição do material arqueológico na década de 1840. As diferenças qualitativas e quantitativas desse material em relação ao encontrado no complexo da fábrica do engenho sugerem que esta foi uma área de deposição do refugo de um grupo de condição sócio-econômica mais elevada no contexto da *plantation*, muito provavelmente referente aos ocupantes da casa-grande.

O gráfico 1 apresenta a frequência das louças, vidros e cerâmicas dos três contextos descritos, determinada com base no número mínimo de peças (NMP). Verifica-se uma nítida diferenciação entre a frequência relativa dessas três categorias entre a senzala e as outras duas unidades, sobretudo em termos das louças e cerâmicas. Embora as louças sejam a categoria material dominante nas três amostras, na senzala elas são menos populares, compondo 48,5%, ao passo que nas duas outras áreas a sua proporção ultrapassa 60%. As cerâmicas, por sua vez, apresentam uma tendência inversa, com as da senzala apresentando-se praticamente no triplo da proporção (28,5%) daquelas da casa grande (9,5%) e no dobro da proporção daquelas da roda da água (14,3%). Os vidros apresentam uma diferenciação de frequência mais sutil entre as três áreas, sendo, porém, mais populares na casa grande (28,5%) do que nas outras duas unidades.

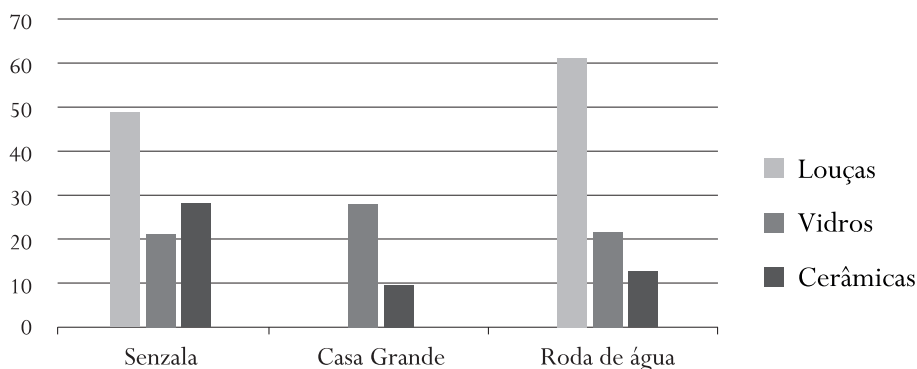


Gráfico 1: Frequência de louças, vidros e cerâmicas nas três unidades.

De uma forma geral, verifica-se uma maior proximidade na frequência das três categorias materiais entre a casa grande e a roda da água, a qual sugere que os principais agentes responsáveis pela deposição do refugo nessa última unidade eram os moradores da casa grande. A variabilidade material demonstra que os ocupantes da casa grande tiveram mais acesso a produtos industrializados importados do que os ocupantes da senzala, os quais foram mais dependentes dos itens artesanais de produção local, muitos dos quais provavelmente produzidos por eles próprios.

A amostra da cerâmica de produção local totalizou, nos três contextos, um número mínimo de peças (NMP) de 28 vasilhames, sendo quinze provenientes da roda da água, nove da área da senzala e quatro da área de refugo da casa-grande (figuras 3 e 4). Embora reduzida, essas amostras são altamente informativas sobre a manutenção de tradições materiais, principalmente de origem centro-africana, no espaço do engenho Bom Jardim. Deve ser considerado que os vasilhames cerâmicos de produção local estão estreitamente associados com atividades dos escravos e, mais particularmente, das escravas, pois eram elas que preparavam os alimentos nessas peças, mesmo no contexto da casa-grande (Souza 2002:76-77). Ao visitar Cuiabá em meados do século XIX, D'Alincourt (1857:63) observou que a produção de vasilhames cerâmicos era ofício das mulheres pobres, sendo que muitas dessas, nesse período, eram africanas, afro-descendentes e, em uma menor proporção, ameríndias (Silva 1995:212).

É ainda bastante provável que parte dessas peças tenha sido produzida pelas escravas do próprio engenho, dado que a tradição da produção de vasilhames cerâmicos artesanais ainda é mantida em muitas comunidades rurais dessa região de Mato Grosso por mulheres de ascendência africana e ameríndia (Ataídes 2001). Embora a busca por evidências que comprovem uma produção local de vasilhames utilitários cerâmicos exija uma análise ainda não realizada da composição da matéria-prima dessas peças, bem como escavações mais amplas que localizem indícios relacionados ao processo de produção, incluindo bolas de argila e áreas de solo queimado, bem como equipamentos de acabamento das mesmas, como alisadores (Rice 1987:177), uma das peças da amostra em questão, encontrada no contexto da roda da água, apresenta fortes indícios de produção local. Trata-se de uma panela com decoração incisa e digitada que rachou no momento da queima, apresentando, assim, queima irregular, com uma parte escura, bem queimada, e a outra parte clara, mais oxidada, que deveria estar em contato indireto com o fogo no momento da queima (Figura 4). Esta peça apresenta, ainda, na face externa dos dois fragmentos que a compõe, uma marca de lascamento superficial (chamado *spall fracture*) que pode ocorrer devido à rápida vaporização da umidade

da argila durante o processo de queima do vasilhame e que consiste em outro indicador de produção local (Ferguson 1992:29-31).

Embora as amostras de cerâmica de produção local ou regional sejam reduzidas, há significativas diferenças morfológicas e decorativas entre a amostra da senzala e aquela da roda da água. Das nove peças dessa categoria encontradas no contexto da senzala, oito (88,8%) são referentes a panelas e a restante a um tacho de mandioca. Essa grande proporção de panelas indica atividades de preparação e cozimento de alimentos pelos escravos nessa área. Além da cocção, essas panelas podem ter sido também utilizadas para o consumo e a estocagem de alimentos. O tacho de mandioca, por sua vez, indica que os escravos estavam preparando e consumindo farinha de mandioca e, provavelmente, beiju (espécie de tortilha de mandioca) nessa área. Já no contexto da roda da água, das quinze peças identificadas, oito (53,3%) são referentes a panelas, sendo as sete restantes referentes a três tigelas, dois potes e duas peças multifuncionais.

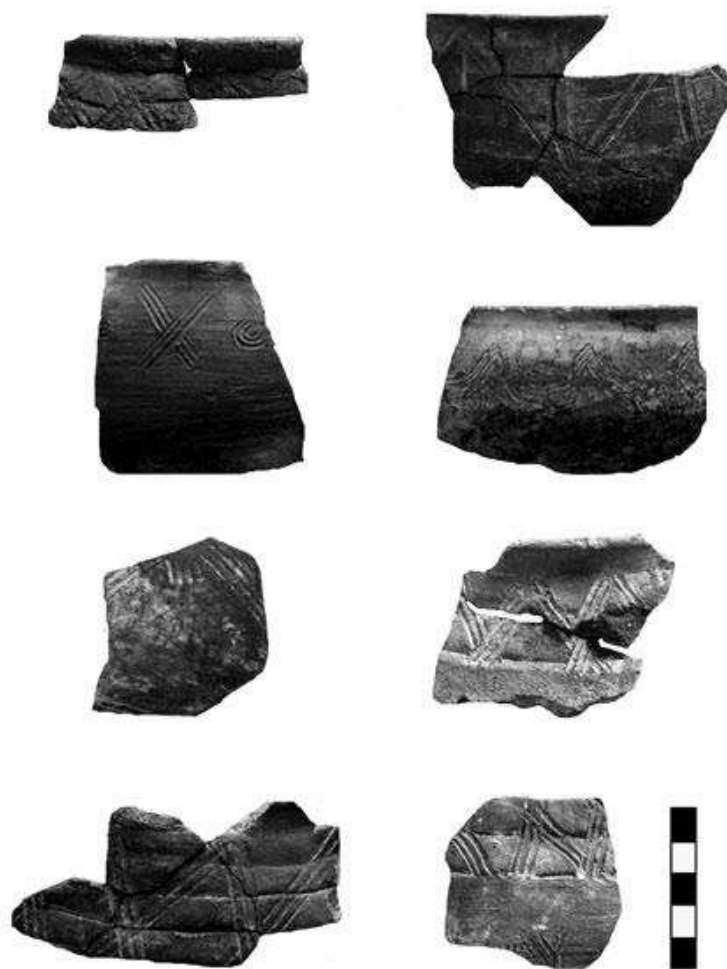


Figura 3: fragmentos cerâmicos da área da senzala.

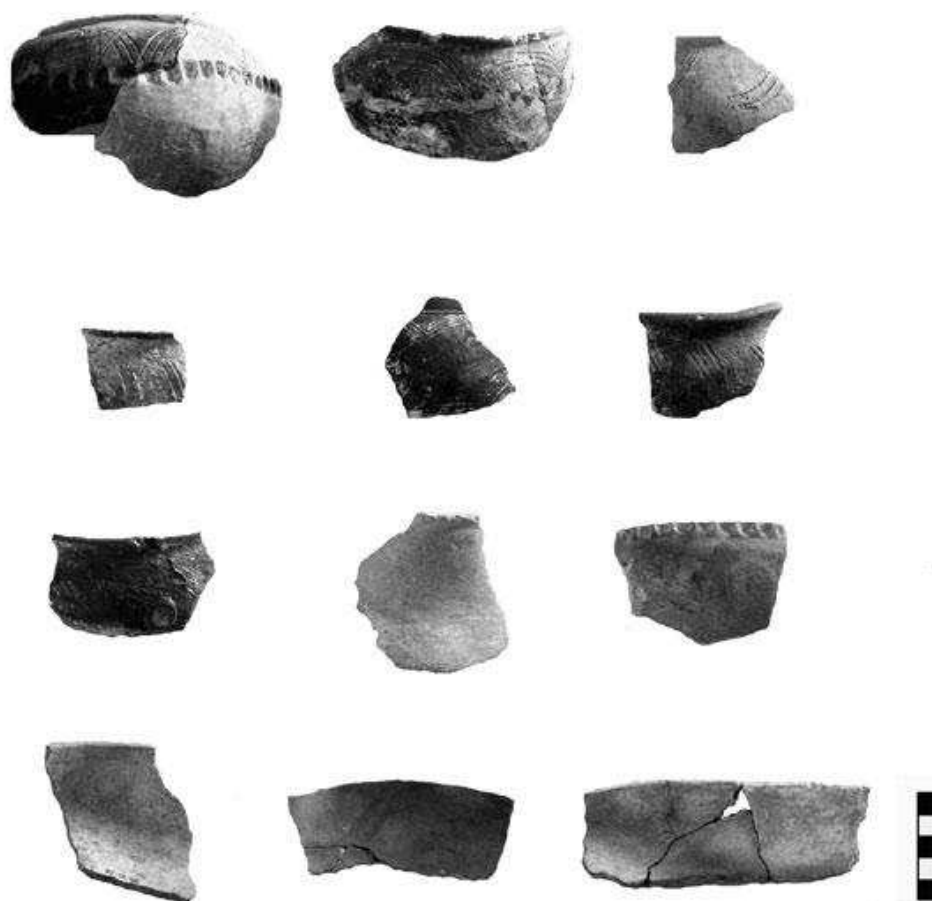


Figura 4: Fragmentos cerâmicos da área da roda da água. A primeira peça do canto superior esquerdo apresenta evidências de produção local.

Com relação à variabilidade decorativa, os únicos vasilhames cerâmicos que apresentam decoração são as panelas. A totalidade dessa categoria funcional apresentou-se decorada, havendo, porém, algumas nítidas diferenciações entre as decorações empregadas em cada contexto (gráfico 2). Esse é o caso dos vasilhames que apresentam roletes expostos na porção superior do bojo com padrões decorativos incisos, em motivos em zigue-zague e em suas variantes, como losangos, os quais são exclusivos da área da senzala. A pesquisa nos engenhos Rio da Casca, Água Fria e Quilombo, em Chapada dos Guimarães, demonstrou que vasilhames com este tipo de decoração foram mais populares nos contextos do final do século XVIII e da primeira metade do XIX, fortemente decaindo em representatividade após 1830 (Souza e Symanski 2009; Symanski 2006; 2010). Essa variação diacrônica também está representada no contexto do Engenho Bom Jardim, posto que a amostra da senzala é predominantemente referente à primeira metade do século XIX (datação média de 1848), ao passo que a amostra da roda da água é referente, sobretudo, à segunda metade do século XIX (data média

de 1855). Assim, a variabilidade decorativa das cerâmicas desses dois contextos deve-se a causas diacrônicas, de cunho regional. O principal fator responsável por essa variabilidade diacrônica parece ter sido a mudança na composição africana na região após 1830, em que escravos das duas nações até então numericamente dominantes, Mina e Benguela, começaram a ser substituídos pelos escravos das nações Congo e Moçambique, os quais tornaram-se os grupos dominantes a partir de 1850 (Souza e Symanski 2009; Symanski 2006).

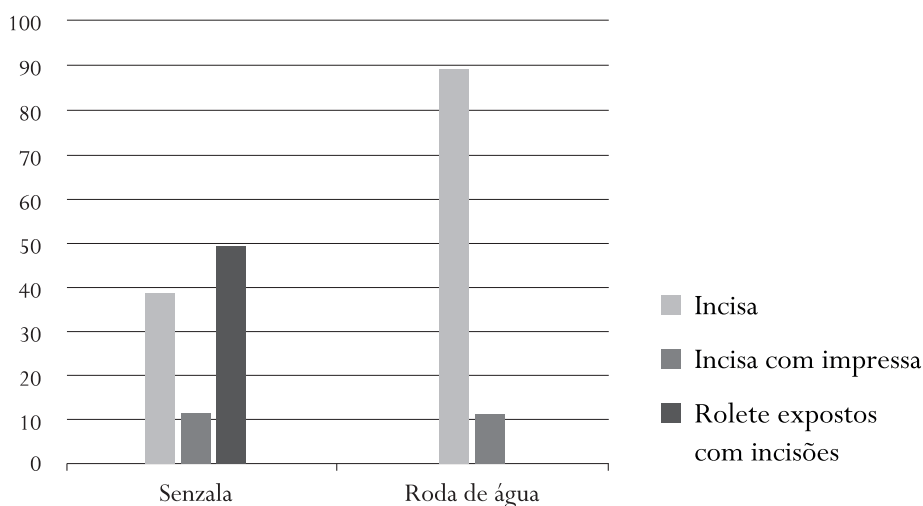


Gráfico 2 – variabilidade decorativa das panelas cerâmicas da senzala e da roda da água.

É, portanto, provável que os vasilhames cerâmicos decorados com roletes expostos com incisões sejam referentes a tradições artesanais mantidas pelos escravos mais velhos da senzala desde o final do século XVIII. De fato, muitos dos padrões incisos dos vasilhames que apresentam roletes expostos (figura 5 a, g e k) são similares aos empregados pelos Ovimbundu do planalto de Benguela em vasilhames cerâmicos e em outros suportes materiais, apontando para uma provável influência cultural de grupos daquela região na produção dessas peças (Symanski 2006:160; 2010:304). Cabe ser destacado que, na listagem do plantel de escravos de 1855, a média de idade dos quatro africanos da nação Benguela (dois homens e duas mulheres) foi a mais avançada dentre as nações africanas do Engenho Bom Jardim (42 anos), ao passo que a dos escravos Congo foi 25,3, e a dos Moçambique, 26,5.

Nos padrões decorativos da cerâmica predominam os motivos em ziguezague variados, produzidos em incisões duplas, triplas e quadruplas, presentes, sobretudo, nos vasilhames com os roletes expostos, e os motivos ondulados em arcos, produzidos em incisões triplas e quadruplas. Há ainda os motivos em linhas curtas

triplas e quadruplas diagonais, formando seqüências (figura 5). Muitos desses padrões presentes nas cerâmicas de superfície alisada ou escovada são idênticos ou muito similares a padrões decorativos incisos registrados nos vasilhames cerâmicos das populações tradicionais da República Democrática do Congo, sobretudo aquelas localizadas na região costeira e no baixo e médio Zaire, no final do século XIX e início do XX (Annales du Musée du Congo 1907), o mesmo ocorrendo com a morfologia dos vasilhames. Essas evidências, assim, apontam para influências culturais de grupos dessa região de fala Kikongo no processo de produção de boa parte dos vasilhames do Engenho Bom Jardim (figura 6).

Alguns dos padrões decorativos representam, ainda, signos de escarificações corporais típicos de determinados grupos da África Subsaariana. Esse é o caso do motivo dos semi-círculos concêntricos (figura 5 c), presente em um fragmento da área da senzala. Este foi um motivo comum entre os Macua de Moçambique, embora também ocorra entre os grupos Lunda do leste de Angola (Agostini 2011; Souza e Agostini 2012). Agostini verificou a presença desse sinal em vasilhames cerâmicos do sítio São Francisco, uma unidade rural do século XIX localizada no litoral norte de São Paulo (Agostini 2011). Para o caso do Bom Jardim, deve-se considerar que os Moçambique compuseram, como já discutido, a nação africana dominante na listagem do plantel datada de 1855, de modo que esse signo pode ter tido um particular apelo para os membros desse grupo de origem Macua. As incisões em linhas retas paralelas triplas e quadrúplas são outro caso em ponto. Esses padrões são muito comuns entre os grupos Yoruba da Nigéria e do Benin e foram descritos como característicos dos escravos Mina e Nagô por diversos viajantes que visitaram o Brasil no século XIX (Souza e Agostini 2012). Vasilhames com esses padrões têm sido encontrados nos contextos de Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, no Arraial de Ouro Fino, em Goiás, e no sítio São Francisco, em São Paulo (Souza e Agostini 2012).

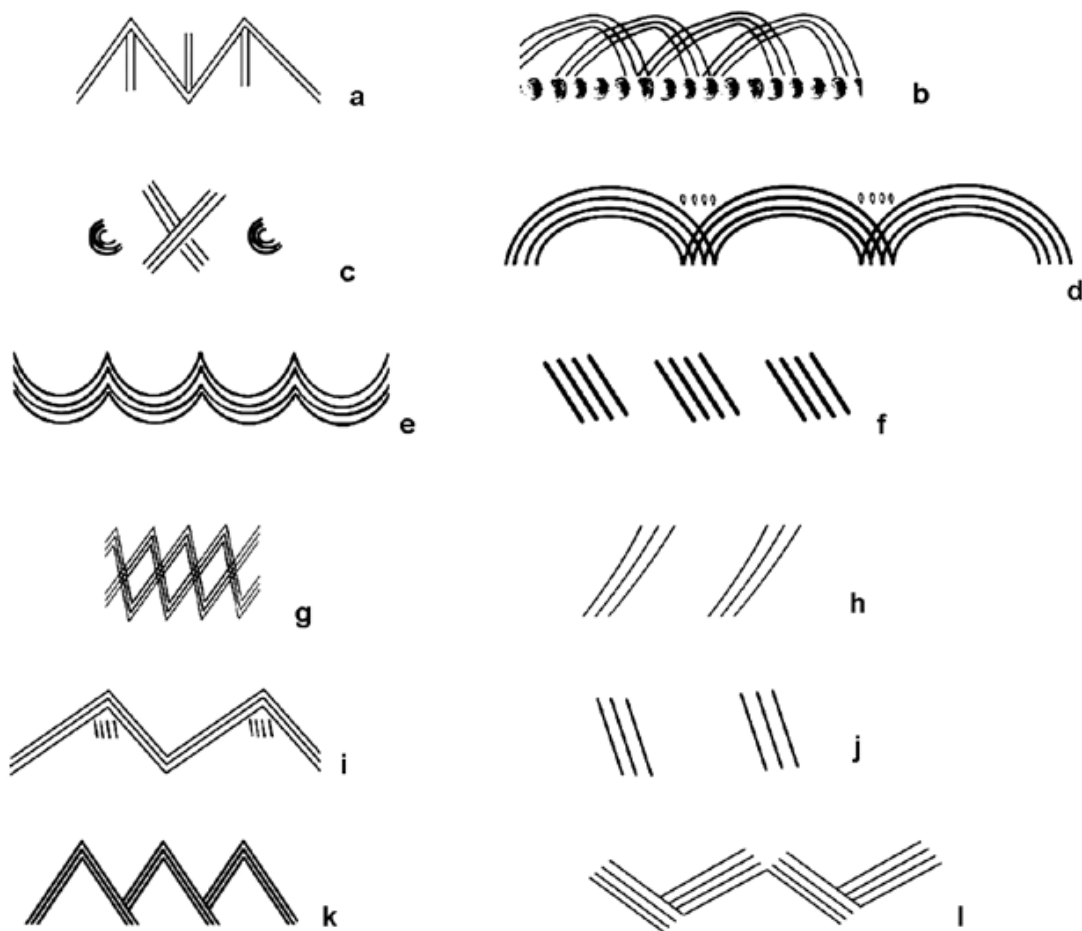


Figura 5: a- motivo em zigue-zague em incisões duplas, com retas longas (área da senzala); b- motivo ondulado em arcos compostos em incisões triplas sobre digitado (área do canal da roda da água); c- motivo em X em incisões triplas entre semicírculos concêntricos impressos (área da senzala); d- motivo ondulado em arcos compostos em incisões quádruplas com impressões (área do canal da roda da água); e- motivo ondulado em arcos invertidos em incisões quádruplas (área da senzala); f- motivo em incisões quádruplas em linhas curtas paralelas diagonais formando seqüência (área do canal da roda da água); g- motivo em losangos em incisões triplas (área da senzala); h- motivo em incisões triplas em linhas curtas paralelas diagonais formando seqüência (área do canal da roda da água); i- motivo em zigue-zague em incisões triplas com linhas retas incisadas paralelas quádruplas curtas (área da senzala); j- motivo em incisões triplas em linhas curtas paralelas diagonais formando seqüência (área do canal da roda da água); k- motivo em zigue-zague (área da senzala); l- motivo em zigue-zague em incisões quádruplas (área do canal da roda da água).

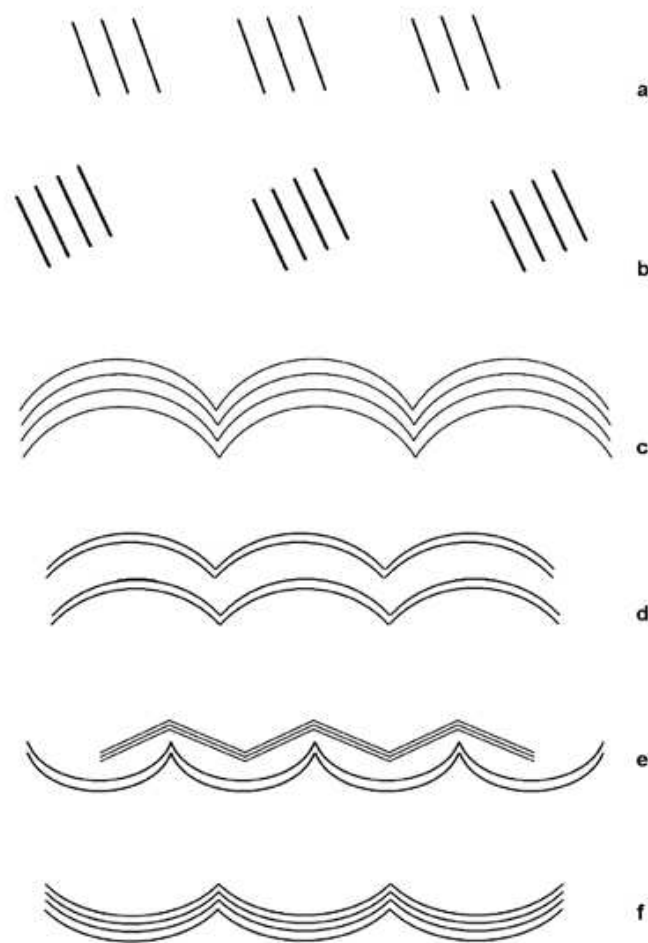


Figura 6: a e b- motivos do baixo e médio Zaire; c- motivo do Aruwimi; d e e- motivos encontrados da região litorânea a Stanley Pool; f- motivo encontrado entre os rios Kwango e Kasai (in *Annales du Musée du Congo* 1907).

Segundo Souza e Agostini (2012), a reprodução desse signo na cerâmica pode ter tido um forte apelo para africanos falantes do Yoruba no Brasil, atuando como um signo pan-Yoruba de reconhecimento mútuo e assim servindo para reforçar novos laços culturais e sociais nos contextos do Brasil. Porém, os autores observam que, embora esses sinais possam ter sido reproduzidos, na África, em vasilhames cerimoniais dos Yoruba, parecem ser raros, ou inexistentes, entre aqueles grupos, nos vasilhames que eles destinam à cocção de alimentos. Por outro lado, a presença, em vasilhames cerâmicos utilitários do Congo, desses mesmos sinais indica que eles também foram significativos para determinados grupos de fala Kikongo da África Central, o que é bastante coerente com o perfil demográfico africano do Engenho Bom Jardim, em que a nação Congo aparece como o segundo grupo majoritário, ocorrendo ainda outros dois grupos Kikongo, os Cabinda, em número

de seis, e os Monjolo, também em número de seis. Por outro lado, os escravos Mina e Nagô, de provável origem Yoruba, limitaram-se ao número de dois no plantel descrito em 1855, Francisco Mina, de 54 anos, e Mariana Geralista, de 50 anos. Deve ainda ser considerado que, entre os grupos de fala Kikongo, pelo menos os Monjolo, denominação dos grupos que ocupavam a região de Monsol, no Reino Tio (Karasch 2000:481), também empregaram esse tipo de sinal em escarificações. Os Monjolo foram descritos no Rio de Janeiro por Charles Wilkes em 1838, sendo retratados como apresentados escarificações em linhas quádruplas paralelas nas bochechas e nas laterais da testa (Wilkes 1852:22, 24) (figura 7).



Figura 7: esquerda - escravo da nação Monjolo retratado por Charles Wilkes no Rio de Janeiro em 1838 (in Wilkes 1852:22); direita - fragmento cerâmico do canal da roda da água (sem escala).

A reprodução, nos vasilhames cerâmicos do Engenho Bom Jardim, de signos comuns entre grupos que mantinham referenciais culturais altamente diferenciados, como os de fala Yorubá da África Ocidental e os de fala Kikongo da África Centro-Ocidental, pode ter atuado, assim, como um referencial mais amplo, ajudando a forjar, no plantel, laços de identificação que atuaram na construção de um senso de comunidade. A reprodução desses signos nos vasilhames cerâmicos do Engenho Bom Jardim indica que essas peças atuaram como veículos de transmissão de memórias e representações de origem africana. A partir das práticas relacionadas ao preparo e consumo de alimentos, em que essas peças eram utilizadas como suportes, essas memórias e representações eram cotidianamente referenciadas e, assim, atualizadas na comunidade escravizada do engenho, nutrindo concepções de identidade bastante diferenciadas daquelas da sociedade luso-brasileira dominante.

Indica, ainda, a manutenção, no espaço dos engenhos dessa região de Mato Grosso, de cosmologias amplamente dispersas entre as populações da África subsaariana, relacionadas com a concepção antropomórfica das cerâmicas (Symanski e Souza 2001:164-165; Symanski 2006:221-227). Esta diz respeito à identificação conceitual dos vasilhames cerâmicos com os corpos humanos, dado que em muitos mitos de origem africanos os seres humanos foram criados a partir de vasilhames cerâmicos. Assim, os mesmos tipos de tratamento dados aos corpos dos seres humanos também são dados aos vasilhames, incluindo decorá-los com escarificações e tatuagens, designar suas diferentes partes com os mesmos nomes de partes do corpo humano e realçar partes diferentes de seus corpos visando especificar gênero, masculino ou feminino (David *et al.* 1988; Posnanski 1999:27-28; Pikirayi 1993:145-146; Darish 1990:11-12). Gosselain (1999:214) observa ainda que há fortes analogias entre o processo de produção dos vasilhames cerâmicos e de seu ciclo de vida e os processos de transformação ao qual as pessoas são sujeitas durante a sua vida, de modo que a cerâmica serve como “...um instrumento ou modelo no curso das transformações culturais ou mesmo como uma metáfora para explicar certas transformações fisiológicas ou míticas”.

Embora os escravos africanos dos engenhos de Mato Grosso não tivessem possibilidade de reproduzir os signos das escarificações no corpo de seus descendentes, eles o fizeram no corpo de seus vasilhames cerâmicos. Nesse sentido, quando aplicavam esses motivos na cerâmica, eles não somente estavam reproduzindo uma estética e cosmologia de origem africana, mas também um corpo africano ideal, que não poderia mais ser biologicamente reproduzido naquele novo ambiente. Ashmore e Knapp (1999:14) lembram que conceitos míticos ou cosmológicos são embutidos na memória coletiva de um grupo e na memória individual de seus membros. Tais memórias são frequentemente os meios de organizar, usar e viver na paisagem. Ou seja, a paisagem é reapropriada e traduzida através da memória de um grupo. Nesse sentido, a cerâmica dos engenhos de Mato Grosso e seus motivos decorativos tiveram o propósito de manter e reproduzir memórias, representações e sistemas de crenças de origem africana.

Enquanto que os vasilhames de cerâmica de produção local-regional são, portanto, provavelmente representativos da agência dos grupos escravos, sobretudo das escravas, no espaço da *plantation*, desde o início do processo de produção, tendo atuado como veículos de transmissão de memórias e representações de origem africana, outros itens referentes ao repertório material da sociedade luso-brasileira dominante foram reapropriados por aqueles grupos, tendo sido imbuídos de significados relacionados com as culturas de origem dos mesmos. Esse é o caso de duas moedas de cobre, uma proveniente da senzala e a outra da roda da água, que apresentam perfurações em seu centro (figura 8). Esses

itens apontam para a manutenção de sistemas de crenças que parecem ter sido amplamente dispersados na diáspora africana nas Américas, posto que é comum serem encontrados em contextos dos Estados Unidos em ‘caches’, que são agrupamentos de artefatos com alto significado mágico-religioso, utilizados para o gerenciamento dos espíritos pelos Bakongo e outros grupos da África Ocidental (Leone e Fry 2001) e em sepultamentos de afro-americanos (Davidson 2004). Até o momento, além dos contextos do Bom Jardim, a única notícia de um artefato desse tipo provém da senzala da Fazenda São Bento de Jaguaribe (PE), na qual foi evidenciada uma moeda perfurada cunhada em 1827 (Medeiros 2005:91). Deve ser considerado que em muitas sociedades africanas são atribuídas propriedades mágicas ao cobre, relacionadas à fertilidade e à proteção (Herbert 1983:81). Nos Estados Unidos, os afro-americanos também atribuíam tais propriedades às moedas de cobre, as quais eram utilizadas para proteger do perigo e impedir a morte (Davidson 2004:23; Wilkie 1995:144). Assim, do mesmo modo que as cerâmicas de produção local-regional, as moedas perfuradas de cobre no Engenho Bom Jardim apontam para a manutenção, no plantel, de cosmologias e sistemas de crenças de origem africana.

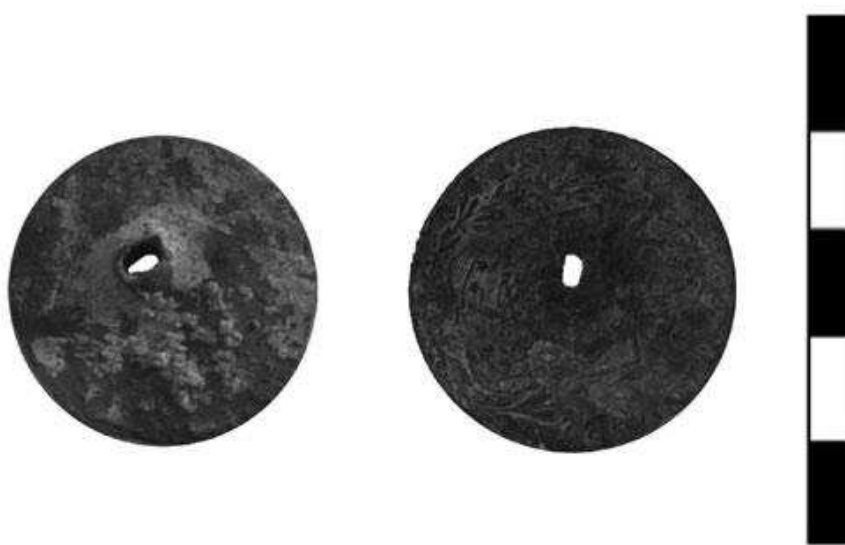


Figura 8: Moedas de cobre perfuradas do Engenho Bom Jardim, encontradas no canal da roda da água (esquerda) e na senzala (direita).

LOUÇAS, REAPROPRIAÇÕES E CRIOLIZAÇÃO

Conforme já afirmado, o uso do modelo de crioulização levou a uma preocupação em entender a cultura material dos contextos associados a africanos e afro-descendentes considerando os referenciais culturais próprios desses grupos; anteriormente, os significados eram somente atribuídos pela cultura hegemônica. Ao analisar o material de uma senzala da Clifton Plantation, Bahamas, Wilkie (2000) alega que os escravos se apropriaram seletivamente dos bens materiais europeus, particularmente as faianças finas, que melhor refletiam suas sensibilidades culturais, permitindo-lhes construir identidades crioulizadas no Novo Mundo. Wilkie verifica que os escravos privilegiaram as peças policrômicas, favorecendo as pintadas a mão e anulares, diferentemente dos senhores, que privilegiaram peças monocromáticas decalcadas. Para Wilkie, a ênfase dos escravos nas louças assim decoradas reflete influências culturais relacionadas com as tradições artísticas dos Bakongo, que enfatizam elementos organizados em faixas concêntricas, dentro das quais são adicionados desenhos como pontos, zig-zags, e cruces.

Para o caso do Bom Jardim, a amostra de faianças finas da provável área de deposição de refugo da casa grande demonstra que seus ocupantes tiveram acesso a uma proporção bem maior daquelas decalcadas na técnica do *transfer printing* (32% nesta área, contra 17% na área da senzala), que eram as mais caras disponíveis no mercado (Miller 1980; 1991). Essas louças poderiam atuar como indicadores do mais alto status sócio-econômico desse grupo na paisagem hierárquica do Engenho Bom Jardim. Essa maior proporção de louças decalcadas na casa dos senhores de engenho parece ter sido, de fato, uma constante nessa região, posto que foi também verificada em Chapada dos Guimarães (Symanski 2006:97-113). Na amostra da área da senzala, por outro lado, predominaram as faianças finas minimamente decoradas, a maioria das quais associada às formas das malgas (36%), decoradas na técnica do *cut sponge* com motivos geométricos sequenciais que apresentam grandes similaridades com as decorações incisas presentes nos recipientes cerâmicos da região bem como em cerâmicas e outros suportes materiais da África Central (figura 9, a e b). Particularmente a malga da figura 9a apresenta dois sinais que teriam um forte apelo tanto para os bantos centro-africanos quanto para aqueles da África Oriental. O signo na cor rosa, composto de losangos com extremidades triangulares, é muito similar a um padrão de escarificação empregado pelos Tchokwe do nordeste de Angola denominado *cingelyengelye* (figura 9c) (Bastin 1971:6), e que consiste em um símbolo da entidade suprema de todos os grupos banto centro-africanos, denominada Nzambi. Por outro lado, o padrão na cor verde, em forma de estrela, assemelha-se às escarificações de grupos da África Oriental, rotulados genericamente de

Moçambique, como se pode verificar na representação de Tomas Ender de um escravo da nação Mudjana (figura 9d) (Prado 1955:294), bem como na gravura de Debret, de um negro Moçambique (figura 9e) (Debret 1978).

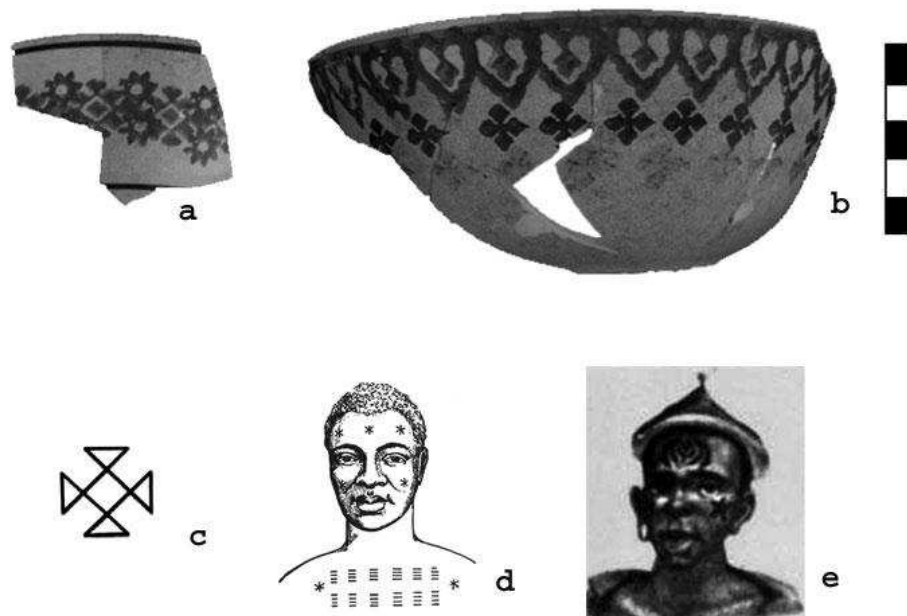


Figura 9: a e b- malgas da senzala, decoradas na técnica do *cut sponge*; c- signo Tchokwe que representa a divindade suprema Nzambi; d- escravo Mudjana (Ender, in Prado 1955:294); e- escravo Moçambique (Debret 1978).

Essa mesma predominância de malgas também minimamente decoradas, sobretudo na técnica do *cut sponge*, foi verificada na amostra de louças da senzala do Engenho Água Fria, em Chapada dos Guimarães. Em ambos os casos, essas louças indicam que os critérios de seleção desses itens pelos escravos foram pautados em referenciais completamente distintos daqueles relacionados aos senhores de engenho da região, estando muito mais relacionados a uma estética e a noções culturais de origem africana do que aos valores da classe dominante local, demonstrando uma forte resistência à cultura hegemônica imposta pelos senhores de engenho da região (ver Symanski 2002; 2006:229). Essas louças foram, portanto, ao lado das cerâmicas de produção local-regional, investidas com o que Kearney (1995:168-169) denomina de valores de signo, os quais são determinantes para a afirmação de uma consciência identitária, nutrindo a identidade de classe do sujeito, que consome valor como uma estratégia de resistência, resistência que, deste modo, acaba sendo integral para a reprodução das diferenças sociais e, nesse caso, culturais.

VIOLÊNCIA, COERÇÃO E O DESTINO DA COMUNIDADE
ESCRAVIZADA DO ENGENHO BOM JARDIM

Quaisquer que tenham sido os mecanismos que os escravos tenham utilizado para agenciar suas vidas, deve ser levado sempre em conta que a comunidade que eles conformaram era produto da arbitrariedade, de uma ordem social excludente e exploratória, que coisificava os seres humanos de origem africana. A violência, portanto, era parte integral do cotidiano dessa comunidade, em que a coação por meio da força e de ameaças era uma constante. Farnsworth (2000) destaca a importância de se considerar a questão da violência, a fim de evitar visões sanitizadas sobre a vida dos grupos escravizados nas *plantations*, que têm sido comuns nos estudos arqueológicos.

No caso do Engenho Bom Jardim, a violência é descortinada nos registros documentais, que descrevem o aparato material coercitivo e repressor que era empregado nos escravos, como é o caso dos instrumentos de tortura listados no inventário de Antônio Corrêa da Costa, como um viramundo de ferro, que consistia em um instrumento no qual as mãos e os pés dos escravos eram presos, havendo uma corrente e um colar de ferro, utilizados para prender os escravos pelo pescoço, e duas algemas. A violência física é também evidente na própria descrição de vários escravos do plantel de 1855. Nessa, sete escravos são descritos como *doentios*. Os escravos André Benguela, de 50 anos, e Caetano Salami, de 25 anos, eram *rendidos das virilhas*, uma condição muito usual nos escravos dos engenhos da região, provavelmente resultante de esforços repetitivos no carregamento de pesos. Jacinta Congo, de 19 anos, por sua vez, apresentava a condição de cega. Algumas das crianças arroladas, na faixa etária entre dois e dez anos, são descritas como *defeituosas*, como foi o caso de Sebastiana Crioula, Boaventura Crioulo e Fortunato Crioulo, ao passo que José Crioulo, de quatro anos, é descrito como *surdo e mudo*. Os problemas dessas crianças podem ter sido ocasionados tanto por fatores genéticos quanto pela subnutrição e pela falta de assistência médica nesses estabelecimentos.

Provavelmente, o pior risco a que estavam sujeitos os escravos era o de serem afastados da comunidade onde se criaram ou viveram a maior parte das suas vidas. Esse era um risco muito real nessa região de Mato Grosso, que ocorria principalmente em decorrência da morte do senhor, quando os seus bens eram inventariados com o fim de pagar as dívidas e dividir o patrimônio restante entre os herdeiros (Symanski 2006:74-87). Este foi, de fato, o destino, após 1855, de uma grande parte do plantel do Bom Jardim, que diminuiu de 128 escravos naquele ano para 54 escravos em 1876, ano da morte de Maria da Conceição de Toledo.

Desses escravos, somente 20 se mantiveram no estabelecimento desde o arrolamento de 1855, tendo sido adicionados mais nove do plantel do Sítio da Glória e

mais três escravos dos pequenos plantéis de outras três fazendas de gado mantidas por Antônio Corrêa da Costa até 1855. Dos 20 escravos que se mantiveram no engenho, nove eram africanos. Outros sete, entre 12 e 19 anos, provavelmente eram filhos do plantel que nasceram após o arrolamento de 1855. Os demais 22 escravos foram incorporados ao plantel entre 1855 e 1876.

Os nove africanos que se mantiveram no engenho até 1876 – Afonso Congo, Alexandre Angola, Benedito Moçambique, Cândida Cabinda, David Congo, Gertrudes Moçambique, Manoel Missena, Paulo Monjolo, Ursula Congo e Vieira Congo – não mais estão classificados em *nações* no arrolamento do inventário de Maria da Conceição de Toledo, mas simplesmente pela cor da pele, como *pretos*. Essa uniformização terminológica tornou-se praticamente norma nos arrolamentos dos inventários de Mato Grosso a partir de 1870, em que os africanos de diferentes origens passaram a ser classificados somente pela cor da pele ou pelo rótulo genérico de *africano*, demonstrando que, após vinte anos de supressão do tráfico atlântico, as categorias identificatórias dos grupos de procedência africana haviam perdido a sua utilidade nesses plantéis que eram, então, dominados por afro-brasileiros.

Por fim, melhor sorte tiveram os 17 escravos libertados por Maria da Conceição de Toledo em seu testamento. Desses, porém, sete mulheres não estão presentes na listagem do Engenho Bom Jardim, tratando-se, muito provavelmente, de escravas domésticas da residência de Cuiabá, as quais deveriam ter um contato muito próximo com Maria da Conceição. Dos dez escravos do plantel do Bom Jardim, foram libertos dois africanos, Paulo Monjolo e Manoel Missena, uma parda idosa, Mathildes, de 69 anos, Margarida Cabra, juntamente com sua filha Rita, e mais cinco escravos de idades variadas. O destino desses escravos é incerto, mas é provável que pelo menos alguns deles tenham continuado no engenho, como agregados ou prestando serviços como camaradas, como era comum a muitos escravos alforriados que viviam na região dos engenhos de Chapada (Symanski 2006:181-184). Quanto aos demais escravos do plantel de 1876, foram provavelmente repartidos entre os oito filhos vivos da viúva, desestruturando de vez a comunidade escravizada do engenho.

Aos que permaneceram no Bom Jardim, sob propriedade do herdeiro Francisco Corrêa da Costa, restou esperar os ainda doze longos anos até ser decretada a Lei Áurea, em 1888. Para o caso dos engenhos dessa região de Mato Grosso, esse episódio foi vivamente relatado a Mesquita (1931) por Dona Deolinda, esposa do senhor do Engenho Rio da Casca, Generoso Alves Corrêa, dado que, ironicamente, ocorreu durante a celebração do casamento de sua filha, naquele engenho, com o filho de outro poderoso senhor de engenho de Chapada, em uma festividade que agregava a maioria dos proprietários rurais da região. Nas palavras de Mesquita (1931:150-151):

“No dia marcado celebrou-se, com a sugestiva beleza do ritual católico, o enlace de João e Umbelina. A boda continuava, porém, como de praxe, ainda por alguns dias, até que se retirassem os recém-casados e os convivas. E a alegria, o prazer, a animação reinava ainda no engenho, interrompido o labor num parêntesis festivo, entre a sanfona do salão e a viola rústica do “siriri”, quando, ao longo chinar das rodas cantadeiras, um carro de boi entra pelo terreiro do engenho, trazendo notícias da cidade, donde provinha. E como um raio que estalasse em noite serena, corre numa entremescla de surpresa, prazer e mágoa, a nova de que “já não havia escravos no Brasil”. Conquanto que muito intensa andasse na província a campanha redentora, a abolição imediata e sem restrições surpreendeu grandemente não só aos senhores de escravos – que viam desaparecer na voragem de um decreto imperial quase toda a sua riqueza – como os próprios cativos, presas que ficaram de verdadeira desorientação ante a liberdade total e imprevista. No Rio da casca ficaram apenas três escravos. Nem houve prender aos outros com a continuação da festa: foram saindo, sem mais, num alvoroço de ave que se desengaiola, tonta de luz e ébria de liberdade de voar.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na América do Norte, onde a arqueologia de *plantations* e a arqueologia da diáspora africana são áreas consolidadas da arqueologia histórica, tem havido ceticismo, por parte representativa da comunidade acadêmica, sobre a possibilidade dos escravos africanos terem mantido, nas Américas, retenções de suas sociedades de origem. Esse ceticismo é mais evidente nos debates sobre as possíveis influências africanas sobre a *Colonoware*, a cerâmica artesanal de produção local-regional encontrada nos contextos de *plantation*. Enquanto alguns defendem a influência africana sobre esse material (Deetz 1996; Emmerson 1999; Ferguson 1992; Meyers 1999; Petersen e Waters 1988; Wheaton e Garrow 1985), outros vêm com ceticismo essa possibilidade (DeCorse 1999; Hill 1987; Mouer et al. 1999; Posnanski 1999). Há dois fortes argumentos, um de ordem empírica e outro de ordem teórica, que justificam a rejeição à possibilidade da reprodução de elementos culturais de origem africana na cultura material dos sítios afro-americanos. No plano empírico, a *Colonoware* norte-americana e caribenha apresenta-se em formas bastante simples quando comparadas às cerâmicas altamente elaboradas produzidas na África Ocidental e Central, conforme notam Posnanski (1999) e DeCorse (1999). Em adição, a decoração também é bastante rara nesses vasos. Essas características levaram Hill (1987) a alegar que a *Colonoware* não somente tem pouca similaridade com as tradições cerâmicas arqueológicas africanas, mas é similar a qualquer cerâmica produzida por grupos nativos no mundo, de modo que tanto africanos quanto ameríndios poderiam ter produzido

essas peças. No plano teórico, por sua vez, há uma rejeição à busca por retenções africanas, devido à sua forte associação com o tradicional, e altamente criticado, paradigma da aculturação, desenvolvido por Melville Herskovits (1941) no estudo da cultura afro-americana.

O paradigma da criouliização, por outro lado, que tem sido aplicado em muitos estudos de *plantation*, embora mais sofisticado que o da aculturação, ao reconhecer que encontros culturais são vias de mão dupla, tem, geralmente, sido assumido *a priori*, como consolidado. Parte-se, assim, da premissa de Mintz e Price (1992) de que grupos com diferentes *backgrounds* culturais rapidamente construíram uma nova cultura como resposta à vida comum em cativo. Nesse sentido, os arqueólogos têm se preocupado mais em encontrar os correlatos materiais da criouliização, interpretando os vestígios dos sítios afro-americanos a partir de uma lógica cultural – ou uma gramática – essencialmente africana, do que em estudá-la como um processo, e, como tal, diferentemente regida por uma diversidade de fatores sociais, culturais e econômicos, envolvendo, em grande escala, a agência das populações africanas e afro-descendentes e sua seletividade nas trocas culturais com diferentes grupos.

Uma das críticas consistentes que justificam a descrença, por parte de alguns acadêmicos, na reprodução de feições culturais africanas na cultura material diz respeito à aleatoriedade com que tais influências são buscadas na África, desconsiderando as principais áreas de origem dos escravos, e, assim, fortalecendo a altamente equivocada ideia de uma África culturalmente monolítica. De fato, poucos arqueólogos têm seguido o apelo de Posnanski (1999:22) sobre a necessidade de se conhecer as origens geográficas das populações africanas transplantadas para o Novo Mundo para entender as práticas culturais desses grupos na diáspora. Para o caso de Mato Grosso, é justamente o controle sobre as origens desses africanos que tem permitido explicar a variabilidade diacrônica verificada na cerâmica em detrimento de influências culturais de grupos de determinadas regiões da África (Symanski 2006; Souza e Symanski 2009).

Neste estudo, chamamos a atenção para uma série de feições da comunidade escravizada do Engenho Bom Jardim que apontam para a manutenção de memórias e práticas sociais, sobretudo de origem centro-africana, no plantel. Dentre essas feições, destacam-se a manutenção de vocábulos bantos como nomes próprios de escravos, mas os quais se referem a qualificativos atribuídos pela comunidade a determinados indivíduos, como foi o caso de *macota*, *chibungo*, *quilungi* e *chibuia*; a reprodução, nos vasilhames cerâmicos, de motivos decorativos típicos da cerâmica produzida por populações tradicionais da República Democrática do Congo no final do século XIX, cabendo lembrar que os grupos de fala Kikongo

(escravos das nações Congo, Cabinda e Monjolo) dominavam, demograficamente, o plantel do Bom Jardim em 1855; e a reprodução, nesses vasilhames, de signos de escarificações de grupos da África Ocidental, Central e Oriental. Embora seja óbvio que esses grupos não tenham reproduzido integralmente suas culturas de origem, dadas as novas condições econômicas, sociais e culturais do contexto de destino, nem por isso perderam a memória de suas terras e sociedades de origem. Antes, essas memórias foram constantemente referenciadas por meio dos vasilhames cerâmicos, nutrindo, nessa população escravizada, um forte senso de identidades africanas reconstruídas na diáspora.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, W. e BOLING, S. 1989. Status and Ceramics for Planters and Slaves on Three Georgia Coastal Plantations. *Historical Archaeology*, 23 (1):69-96.
- AGOSTINI, C. 2011. Mundo Atlântico e Clandestinidade. Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- ALENCAR, A. s.d. Roteiro Genealógico de Mato Grosso. Vol. I. Gráfica Jenus, Cuiabá.
- ALLEN, S. J. 2000. Identidades em Jogo: negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga. In ALMEIDA, L., GALINDO, M. e ELIAS, J. (eds.). Índios do Nordeste: temas e problemas 2, EDUFAL, Maceió. Pp.245-275.
- ALPERS, E. 2005. 'Mozambiques in Brazil': Another Dimension of the African Diaspora. In CURTO, J. & SOLOUDRE-LAFRANCE, R. (eds.) Africa and the Americas: Interconnections During the Slave Trade. Africa World Press, Trenton. Pp.43-68.
- ANNALES DU MUSÉE DU CONGO. 1907. Notes Analytiques sur les Collections Ethnographiques du Musée du Congo. Tome II. Les Industries Indigenes. Fascicule I. La Ceramique. Bruxelles.
- ASHMORE, W. e KNAPP, A. 1999. Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: W. ASHMORE e A. KNAPP (orgs.), Archaeologies of landscape. Malden, Blackwell Publishers. Pp.1-32.
- ATAÍDES, J. M. 2001. As Oleiras do Manso. In FRAGA, L. M. (coord.) Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Histórico-Cultural da região da UHE-Manso. Relatório final de atividades. FURNAS - Centrais Elétricas S.A. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- BAKER, V. 1980. Archaeological Visibility of Afro-American Culture: An Example from Black Lucy's Garden, Andover, Massachusetts. In SCHUYLER, R. (ed.) Archaeological Perspectives on Ethnicity in America. Baywood, New York. Pp.29-37.
- BANDEIRA, M. L. 1988 Território Negro em Espaço Branco: Estudo Antropológico de Vila Bela. Brasiliense, São Paulo.

- BASTIN, M. L. 1971. Ya-t-il des clés pour distinguer les styles Tshokwe, Lwena, Songo, Ovimbundu et Ngangela? *Africa-Tervuren*, 17(1): 5-18.
- BENEDETTO, R. *Presbyterian Reformers in Central Africa: a Documentary Account of the American Presbyterian Congo Mission and the Human Rights Struggle in the Congo, 1890-1918*. E. J. Brill, Leiden.
- BIRMINGHAM, D. 1966. *Trade and Conflict in Angola*. Oxford University Press, London.
- CAPELA, J. 2002. *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*. Edições Afrontamento, Porto.
- CARLE, C. 2005. *A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado em história, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CARVALHO, H. A. D. 1890. *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- CASCUDO, L. C. 2010. Quibungo. In FERNANDES, G. & PITHON, M. (orgs.). *De Quibungo e Meninos. Um Apanhado de Histórias de Bicho-Papão em África e Brasil*. Fale/UFMG, Belo Horizonte.
- CORRÊA FILHO, V. 1969. *História de Mato Grosso*. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.
- CRAEMER, W.; VANSINA, J.; FOX, R. 1976. 1976. Religious Movements in Central Africa: a Theoretical Study. *Comparative Studies in Society and History* 18 (4):458-475.
- CRIVELANTE, M. A. 2001. *Casamentos de Escravos Africanos em Mato Grosso, Um Estudo sobre Chapada dos Guimarães, 1798-1830*. M.A Thesis. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- CURTO, J. & LOVEJOY, P. 2004. Introduction. In CURTO, J. & LOVEJOY, P. (eds.) *Enslaving Connections: Changing Cultures of Africa and Brazil during the Era of Slavery*. Humanity Books, Amherst. Pp. 1-18.

- D'ALINCOURT, L. 1857. Resumo das Observações Estatísticas desde o Porto Geral da Cidade de Cuiabá pelo Rio Cuiabá Acima, até a Vila do Paraguai Diamantino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 20:55-89.
- DARISH, P. 1990. *Fired Brilliance: Ceramic Vessels from Zaire*. University of Missouri, Kansas City.
- DAVID, N.; STERNER, J.; GAVUA, K. 1988. Why pots are decorated. *Current Anthropology*, 29:365-89.
- DAVIDSON, J. 2004. Rituals captured in context and time: Charm use in North Dallas Freedman's Town (1869-1907), Dallas, Texas. *Historical Archaeology*, 38 (2):22-54.
- DEBRET, J. B. 1978. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Itatiaia, Belo Horizonte.
- DECORSE, C. 1999. 1999 Oceans Apart: Africanist Perspectives on Diaspora Archaeology. In SINGLETON, T. (ed.) "I, too, Am America": Archaeological Studies of African-American Life. University Press of Virginia, Charlottesville. Pp.132-158.
- DEETZ, J. 1996. In *Small Things Forgotten*. Doubleday, New York.
- DELLE, J. 2000. The material and cognitive dimensions of creolization in nineteenth-century Jamaica. *Historical Archaeology*, 34(3):56-72.
- EMMERSON, M. 1999. African Inspirations in a New World Art and Artifact: Decorated Pipes from Chesapeake. . In SINGLETON, T. (ed.) "I, too, Am America": Archaeological Studies of African-American Life. University Press of Virginia, Charlottesville. Pp.47-82.
- FAIRBANKS, C. 1972. The Kingsley Slave Cabins in Duval County, Florida, 1968. *The Conference on Historic Site Archaeology Papers*, 7:62-93.
- FARNSWORTH, P. 2000. Brutality or Benevolence in Plantation Archaeology. *International Journal of Historical Archaeology*, 4(2):145-58.
- FERGUSON, L. 1992. *Uncommon Ground. Archaeology and Early African America, 1650-1800*. Smithsonian Institution Press, Washington.
- FLORENCE, H. s.d. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas - 1825 a 1829*. Cultrix, São Paulo.

- FUNARI, P. P. A arqueologia de Palmares. In: REIS, J. J. & GOMES, F. S. (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo. Pp.26-51.
- GOSSELAIN, O. 1999. In *Pots We Trust. The Processing of Clay and Symbols in Sub-Saharan Africa*. *Journal of Material Culture*, 4(2):205-230.
- GUIMARÃES, C. M. 2001. Arqueologia do Quilombo: Arquitetura, alimentação e arte (Minas Gerais). In MOURA, C. (ed.) *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. UFAL, Maceió. Pp. 35–58.
- GUIMARÃES, C. M. & LANNA, A. L. 1980. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. *Pesquisas, Antropologia*, 31:147-164.
- GUIMARÃES, C. M.; SANTOS, A. F.; GONÇALVES, B. PORTO, L. 1990. O quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. In: *Anais do 1º Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra, Estudos Ibero-Americanos*, vol. XVI, 1 e 2:161-174.
- GUNDAKER, G. 2000. Discussion: Creolization, Complexity, and Time. *Historical Archaeology*, 34(3): 124-133.
- HALL, G. M. 2005. *Slavery and African Ethnicities in the Americas: restoring the links*. University of North Carolina Press.
- HERBERT, Eugenia. 1983. Aspects of the Use of Copper in Pre-Colonial West Africa. *The Journal of African History*, 14(2):179-194.
- HERSKOVITS, M. 1941. *The Myth of the Negro Past*. Beacon Press, Boston.
- HEYWOOD, L. 2002. Introduction. In HEYWOOD, L. (ed.) *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge University Press, Cambridge. Pp.1-20.
- HILL, M. 1987. Ethnicity Lost? Ethnicity Gained? Information Functions of African Ceramics in West Africa and North America. In AUGER, R, GLASS, M., MCEACHERNS, S. E MCCARTNEY (orgs.) *Ethnicity and Culture: Proceedings of the Eighteenth Annual Chacmool Conference*. University of Calgary, Calgary. Pp.135-139.
- HIROOKA, S. 2009. *Prospecção e Salvamento Arqueológico na PCH São Mateus – Relatório Final*. Archaeo, Cuiabá. 128 pags.

- HOWSON, J. 1990. Social Relations and Material Culture: a Critique of the Archaeology of Plantation Slavery. *Historical Archaeology*, 34 (2):78-91.
- KARASCH, M. C. 2000. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro*. Companhia das Letras, São Paulo.
- KEARNEY, M. 1996. *Reconceptualizing the Peasantry: Anthropology in Global Perspective*. Westview Press, Boulder.
- LEONE, M. & FRY, G. 2001. Spirit Management among Americans of African Descent. In ORSER, C. (ed.) *Race and the Archaeology of Identity*. University of Utah Press, Salt Lake City, .Pp. 143-157.
- LIMA, M. 1988. *Os Kiaka de Angola: História, Parentesco, Organização Política e Territorial*. Edições Távola Redonda, Lisboa.
- LIMA, T. A.; BRUNO, M. C.; FONSECA, M. P. 1993. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: a Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, Nova série*, 1:170-206.
- MEDEIROS, M. 2005. *Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo de caso, fazenda São Bento de Jaguaribe*. Dissertação de mestrado, UFPE, Recife.
- MESQUITA, J. 1931. Grandeza e Decadência da Serra-Acima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 28: 31-56.
- MILLER, G. 1980. Classification and Economic Scaling of 19th Century Ceramics. *Historical Archaeology*, 14:1-40.
- _____. 1991. A Revised Set of CC Index Values for Classification and Economic Scaling of English Ceramics from 1787 to 1880. *Historical Archaeology*, 25 (1): 21-45.
- MILLER, J. C. 1988. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. The University of Wisconsin Press, Madison.
- MINTZ, S. W. & PRICE, R. 1992. *The Birth of African-American Culture. An Anthropological Perspective*. Bacon Press, Boston.
- MOORE, S. 1985. Social and Economic Status on the Coastal Plantation: An Archaeological Perspective. In SINGLETON, T. (ed.) *The Archaeology of Slavery and Plantation Life*. Academic Press, San Diego. Pp.141-160.

- MOUER, L., HODGES, M., POTTER, S., RENAUD, S., HUME, I., POGUE, D., MCCARTNEY, M., DAVIDSON, T. 1999. Colonoware Pottery, Chesapeake Pipes, and “Uncritical Assumptions”. . In SINGLETON, T. (ed.) “I, too, Am America”: Archaeological Studies of African-American Life. University Press of Virginia, Charlottesville. Pp.83-115.
- NISHIDA, M. 2003. Slavery and Identity. Ethnicity, Gender, and Race in Salvador, Brazil. Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis.
- ORSER, C. 1992. Beneath the Material Surface of Things: Commodities, Artifacts, and Slave Plantations. *Historical Archaeology*, 26 (3):95-104.
- ORSER, C. & FUNARI, P. P. 1992. A pesquisa arqueológica inicial em Palmares. *Estudos Ibero-Americanos*, 18:53-69.
- PETERSEN, J. & WATERS, D. 1988. Afro-Montserratian Ceramics from the Harney Site Slave Cemetery, Montserrat, West Indies. *Annals of Carnegie Museum*, 57:167-187.
- PRADO, J.F. 1955. Tomas Ender. Pintor austríaco na côrte de D. João VI no Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- OTTO, J. S. 1984. Cannon’s Point Plantation – 1794-1860 – Living Conditions and Status Patterns in the Old South. Academic Press Inc. Orlando, San Diego, San Francisco, New York.
- PIKIRAYI, I. 1993. The Archaeological Identity of the Mutapa State. Uppsala University, Uppsala, Sweden.
- POSNASKI, M. 1999. West Africanist Reflections on African-American Archaeology. In SINGLETON, T. (ed.) “I, too, Am America”: Archaeological Studies of African-American Life. University Press of Virginia, Charlottesville. Pp.21-38.
- POTTER JR. P. 1991. What is the use of plantation archaeology? *Historical Archaeology*, 25 (3):94-107.
- PUZZINATO, A. P. & AGUILERA, V. A. 2006. A Presença de Africanismos na Língua Portuguesa do Brasil. In <http://www.uel.br/revistas/afroatitudeanas/volume-1-2006/Ana%20Paula%20Puzzinato.pdf>.
- REIS, J. J. 2003. Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês. Companhia das Letras, São Paulo.

- RICE, P. M. 1987. *Pottery Analysis: a Sourcebook*. University of Chicago Press, Chicago.
- SCHWARTZ, S. 1985. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society, 1550-1835*. Cambridge University Press, Cambridge.
- SILVA, J. V. 1995. *Mistura de Cores*. Editora UFMT, Cuiabá.
- SINGLETON, T. 1998. Cultural Interaction and African American Identity in Plantation Archaeology. In CUSICK, J (ed.) *Studies in Culture Contact – Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Center for Archaeological Investigations, Carbondale. Pp.172-189.
- SIQUEIRA, E. M., COSTA, L. e CARVALHO, C. 1999. O processo histórico de Mato Grosso. UFMT, Cuiabá.
- SLENES, R. 1991. “Malungu, Ngoma vem!”: África Coberta e Descoberta do Brasil. *Revista USP*, 12:48-67.
- _____. 1999. Na Senzala uma Flor. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava – Brasil Sudeste, Século XIX. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- _____. 2002. The Great Purpoise-Skull Strike: Central African Water Spirits and Slave Identity in Early-Nineteenth-Century Rio de Janeiro. In HEYWOOD, L. (ed.) *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge University Press, Cambridge. Pp.183-210.
- _____. 2007. “Eu venho de muito longe, eu venho cavando”: jogueiros cumba na senzala Centro-Africana. In LARA, S. H. & PACHECO, G. (orgs.) *Memória do Jongo – As Gravações Históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949*. Folha Seca, Rio de Janeiro.
- SOUZA, M. A. T. 2002. Entre Práticas e Discursos: a Construção Social do Espaço no Contexto de Goiás do Século XVIII. In ZARANKIN, A. & SENATORE, M. (orgs.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul– Cultura Material, Discursos e Práticas*. Ediciones del Tridente, Buenos Ayres. Pp.63-86.
- _____. 2007. Uma outra escravidão: a paisagem social do Engenho de São Joaquim, Goiás. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 1(1):57-88.
- _____. 2010. *Spaces of Difference: an Archaeology of Slavery and Slave Life in a 19th Century Brazilian Plantation*. Tese de Doutorado, Syracuse University, Syracuse.

- SOUZA, M. A. T. & AGOSTINI, C. 2012. Body marks, pots and pipes: some correlations between African scarifications and pottery decoration in eighteenth and nineteenth-century Brazil. *Historical Archaeology* 46(3):102-123.
- SOUZA, M. A. T. & SYMANSKI, L. C. 2009. Pottery variability and slave communities in Western Brazil. *International Journal of Historical Archaeology*, 13:513–548
- SWEET, J. 2003. *Recreating Africa: Culture, Kinship, and Religion in the African-Portuguese World – 1441-1770*. The University of Carolina Press, Chapel Hill and London.
- SYMANSKI, L. C. 2006. *Slaves and Planters in Western Brazil: Material Culture, Identity and Power*. Tese de Doutorado, University of Florida, Gainesville.
- _____. 2007. O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v.1 (2):7-36.
- _____. 2010. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História Unisinos*, 14(3):294-310.
- SYMANSKI, L. C. & SOUZA, M. A. 2001. A Arqueologia Histórica: Relações Sociais e Construção de Identidades na Região do Rio Manso. In FRAGA, L. (coord.) *Relatório Final do Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Histórico-Cultural da UHE-Manso, MT*. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, pp. 1-184.
- _____. 2006. A Arqueologia Histórica: relações sociais e construção de identidades na região do Rio Manso, séculos XVIII e XIX In FRAGA (ed.) *História e Antropologia no Vale do Rio Manso*. Editora UCG, Goiânia. Pp.241-264.
- _____. 2007. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 33:215-244.
- THOMAS, B. 1998. *Power and Community: the Archaeology of Slavery at the Hermitage Plantation*. *American Antiquity*, 63(4):531-555.
- THOMPSON, R. F. 1983. *Flash of the spirit. African and Afro-American art and philosophy*. United States of America, Vintage Books, New York.
- THORNTON, J. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World*, Cambridge University Press, Cambridge.

- VANSINA, J. 2002. Foreword. In HEYWOOD, L. (ed.) *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge University Press, Cambridge. Pp.xi-xiii.
- WHEATON, T.; GARROW, P. 1985. Acculturation and the Archaeological Record in Carolina Lowcountry. In SINGLETON, T. (ed.) *The Archaeology of Slavery and Plantation Life*. Orlando, Academic Press, pp. 239-259.
- WILKES, C. 1858. *Narrative of the United States Exploring Expedition, During the Years 1838, 1839, 1840, 1841, 1842*. Ingram, Cooke and Co, Londres.
- WILKIE, L. A. 1994. *Ethnicity, Community and Power: An Archaeological Study of the African-American Experience at Oakley Plantation, Louisiana*. Columbia: The University of South Carolina.
- _____. 1995. Magic and Empowerment on the Plantation. *Southeastern Archaeology* 14:136-157.
- _____. 2000. Culture Bought: Evidence of Creolization in the Consumer Goods of an Enslaved Bahamian Family. *Historical Archaeology*, 34(3):10-26
- YOUNG, A. 1997. Risk Management Strategies among African-American Slaves at Locust Grove Plantation. *International Journal of Historical Archaeology*, 1 (1):3-29.

